

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**CURSO DE AGRONOMIA**

# **PANORAMA DA PROTEÇÃO DE CULTIVARES NO BRASIL**

**JOANA BUSS**

Florianópolis - Santa Catarina

2012

JOANA BUSS

## **PANORAMA DA PROTEÇÃO DE CULTIVARES NO BRASIL**

Relatório de estágio apresentado à  
Universidade Federal de Santa Catarina, para a  
conclusão do Curso de Graduação em  
Agronomia.

Florianópolis – Santa Catarina

2012

# PANORAMA DA PROTEÇÃO DE CULTIVARES NO BRASIL

BANCA EXAMINADORA:

---

**Professora Dr.<sup>a</sup> Rosete Pescador**

(Orientadora – CCA - UFSC)

---

**Eng. Agrônomo Adi Mário Zanuzo**

(Supervisor - MAPA)

---

**Professora Dr.<sup>a</sup> Roberta Sales Guedes**

(Membro da Banca – CCA - UFSC)

---

**Professor Dr. José Afonso Voltolini**

(Membro da Banca – CCA - UFSC)

Florianópolis – Santa Catarina

2012

## **OFEREÇO**

*A meus pais, Édson Artur Buss e Ana Maria Negri Buss,  
pelo incentivo constante ao estudo  
e pelo amor incondicional.*

## **DEDICO**

*A Juliano R. Perfeito,  
pelo exemplo de esforço e dedicação ao trabalho.*

## **Agradecimentos**

Ao meu supervisor de estágio Adi Mário Zanuzo pela paciência, atenção, e por compartilhar suas experiências e conhecimentos neste estudo.

À Professora Rosete Pescador, pelo apoio e dedicação ao me orientar.

A todos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, de alguma maneira, me ajudaram durante o período de estágio. Em especial à Adriana Maria Wolff, Jorge Jacinto Calixto, Rodrigo da Costa Machado, Renato Moreira de Faria e Angela Maria Corrêa dos Santos.

Ao meu amigo e futuro colega de profissão, Juliano de Lima Souza, pelo companheirismo durante todo o curso.

À Mayza Diomário da Rosa pelas palavras amigas e sinceras, que foram fonte de incentivo.

*“Um homem pode duvidar do que ouve,  
pode duvidar do que vê.  
Ele não pode, porém, duvidar do que ele faz”.*

## Resumo

Através de programas de melhoramento genético vegetal obtêm-se uma nova cultivar. A Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456), que passou a vigorar no Brasil no ano de 1997, permite que se recebam *royalties* através da proteção destas inovações vegetais. Os *royalties* se transformam em estímulo ao setor de pesquisas, culminando no desenvolvimento de novas cultivares, melhor adaptadas às condições locais, resultando em ganhos socioeconômicos e ambientais inestimáveis. Desta forma, a referida Lei possui forte influência sobre o melhoramento de plantas e a produção de sementes, bem como sobre o agronegócio de forma geral, balizando os investimentos realizados pelas iniciativas pública e privada. No entanto, mesmo havendo 15 anos completos desde a sua criação, ainda observa-se a falta de informações sobre esta modalidade de propriedade intelectual, mostrando a importância de se ampliar o conhecimento dos profissionais da área sobre o assunto, esclarecendo os mecanismos de seu funcionamento. Diante disto, para buscar tais informações, realizei meu estágio de conclusão de curso na Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento, em Santa Catarina, onde reuni material relacionado à Proteção de Cultivares e ainda contei com o auxílio e a experiência profissional do Fiscal Federal Agropecuário Adi Mário Zanuzo. Assim, ao desmistificar este tema e aproximar os conceitos que compõem a proteção de cultivares daqueles que participam do agronegócio, estes poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura, acarretando em benefícios para a sociedade como um todo.

**Palavras chave:** melhoramento de plantas, cultivar, *royalties*, sementes, agronegócio, propriedade intelectual, agricultura.

## Abstract

You can obtain a new *cultivar* through plant breeding programs. The Plant Variety Protection Act (number 9.456), which went into effect in Brazil in 1997, allows one to receive royalties through the protection of these plant innovations. These royalties become stimulus for industry research, culminating in the development of new *cultivars*, better suited to local conditions and, resulting in priceless socioeconomic and environmental gains. So this law has a strong influence on plant breeding programs and seed production, as well as in agribusiness in general, marking the investments made by public and private initiatives. However, even with almost 15 years from the enactment of this law, there is still a lack of knowledge on this type of intellectual property, showing the importance of expanding the knowledge of professionals on this subject, clarifying the mechanisms of their functioning. In addition to this, I performed my stage of conclusion of course in the Federal Agriculture Livestock and Supply in Santa Catarina to seek such information. I collected material relating to the Protection of Plant Varieties with the help and experience of Adi Mario Zanuzo, Fiscal Federal Agricultural. So to demystify the subject and bring the concepts that comprise the protection of plant *cultivars* by those involved in agribusiness, they may contribute to the sustainable development of agriculture, resulting in benefits to society as a whole.

**Key-words:** plant improvement, cultivar, royalties, seeds, agribusiness, intellectual property, agriculture.



## **Lista de Quadros**

Quadro 1: Principais diferenças dos Atos de 1978 e 1991 da UPOV.....	18
Quadro 2: Marcos legais que influenciaram a proteção de cultivares no Brasil.....	20
Quadro 3: Certificações de proteção de cultivar concedidas e provisórias. Situação até 31 de outubro de 2012.....	40

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

Capta – Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

CED – Cultivar Essencialmente Derivada

CIG – Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica

Depta – Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária

DHE – Distinguíbilidade, Homogeneidade e Estabilidade

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – (General Agreement on Tariffs and Trade) Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio

GRU – Guia de Recolhimento da União

IG – Indicação Geográfica

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

LPC – Lei de Proteção de Cultivares

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OIC – Organização Internacional do Comércio

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual

RNC – Registro Nacional de Cultivares

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SFAs – Superintendências Federais de Agricultura

SNPC – Serviço Nacional de Proteção de Cultivares

TRIPS – *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* – Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio

UPOV – (Union for the Protection of New Varieties of Plants) União Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais

## Sumário

1. Introdução.....	11
2. Objetivos.....	12
2.1. Objetivo Geral.....	12
2.2. Objetivos Específicos.....	12
3. Método.....	12
4. A Obtenção de uma Nova Cultivar.....	13
5. A Proteção de Cultivares no Mundo.....	14
5.1. Contexto Histórico.....	15
5.2. A Organização Mundial do Comércio (OMC).....	16
5.3. A União para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV).....	17
6. A Proteção de Cultivares no Brasil.....	19
6.1. Cultivares Passíveis de Proteção.....	20
6.2. Proteção de Cultivares Estrangeiras.....	22
6.3. Fora do Sistema: Sementes Crioulas.....	23
6.4. Comparativo entre a Lei de Patentes e a Lei de Proteção de Cultivares...25	
7. A Lei de Proteção de Cultivares – Lei nº 9.456 de 1997. ....	26
7.1. Denominação de Cultivares.....	27
7.2. Cultivar Essencialmente Derivada.....	28
7.3. Documentação Necessária para o Pedido de Proteção.....	29
7.4. Duração da Proteção e Extinção dos Direitos.....	33
7.5. Direitos Assegurados.....	33
7.6. Quem a Lei Privilegiou.....	35
7.7. Cultivares Protegidas.....	39
7.8. O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC).....	41
8. Influências da Criação da Lei de Proteção de Cultivares.....	42
9. A Visão de um Fiscal Federal Agropecuário Sobre a LPC e Suas Consequências.....	46
10. Considerações Finais.....	50
11. Referências Bibliográficas.....	52
12. Anexos.....	57

## 1. Introdução

O presente estudo trata da proteção de cultivares, mais precisamente da Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997, tema ainda considerado por muitos como uma grande incógnita por ser desconhecido do grande público e muitas vezes fugir à compreensão até mesmo dos melhoristas de plantas, alunos e professores universitários em ciências agrárias. De acordo com Sherwood (1992), em relação à falta de conhecimento sobre a propriedade intelectual: “além de um punhado de especialistas do escalão intermediário do governo, a impressão dominante no Brasil é de que pouca gente faz uma ideia do que é e para que serve a propriedade intelectual”.

Por detrás desta sutil notoriedade obtida pela Lei nº 9.456 está oculta sua significativa importância dentro do agronegócio brasileiro. Isto porque, foi a criação de uma Lei de Proteção de Cultivares (LPC) em nosso país que tornou possível sua adesão à União Internacional para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV) e, consecutivamente fez com que os países ligados a esta percebessem a importância do Brasil como produtor de alimento, matérias-primas e agroenergia (Brasil, 2011b). Além disto, a LPC garante um retorno financeiro dos investimentos, estimulando o setor de pesquisas e aumentando a capacidade de geração de cultivares (Porto, 1997). Esta geração de conhecimento científico e tecnológico, e sua proteção são essenciais para promover o ciclo virtuoso e sustentável do desenvolvimento econômico, social e cultural do País (Brasil, 2009).

Sendo assim, fica nítida a importância de se trazer para o curso de Agronomia a realidade da proteção de cultivares no Brasil, objetivando ampliar o conhecimento dos profissionais da área sobre este assunto e esclarecer como ocorre seu funcionamento. É necessário ter um mínimo conhecimento acerca dos mecanismos que permeiam a proteção vegetal para que se assegurem os direitos sobre as novas tecnologias desenvolvidas, e estas possam resultar em avanços reais para a economia brasileira. Assim, ao aproximar os conceitos que compõem a proteção de cultivares daqueles que participam do agronegócio, estes poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura, acarretando em benefícios para a sociedade como um todo.

Este trabalho também objetiva identificar as consequências da relativamente recente implantação desta lei de propriedade intelectual, bem como sua influência junto às inovações que surgiram na agricultura desde então.

## **2. Objetivos**

### **2.1. Objetivo Geral**

Estudar a legislação referente à Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997) bem como parte da literatura referente a este mesmo tema, a fim de construir um documento que vislumbre um panorama geral sobre a Proteção de Cultivares no Brasil.

### **2.2. Objetivos Específicos**

Realizar estágio na Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina (SEFIA / DDA / SFA – SC), Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas, Coordenação de Sementes e Mudas.

Reunir o material relacionado à Proteção de Cultivares.

Receber auxílio dos Fiscais Federais Agropecuários de Santa Catarina.

Confeccionar um documento sucinto e com linguagem acessível, a fim de facilitar o entendimento e aumentar o acesso por parte da população, principalmente, daqueles que participam do agronegócio.

## **3. Método**

Este estudo foi desenvolvido no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), localizado em São José, em conjunto com o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, situado em Florianópolis. Dentro do MAPA, o presente estágio de conclusão de Curso foi realizado no Serviço de Fiscalização de

Insumos Agrícolas (SEFIA), Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina (SFA-SC).

O método utilizado neste trabalho foi a de Leitura e Análise de Textos referente a diversas obras, incluindo a Legislação pertinente. Procurou-se encontrar uma forma de sumariá-las, para que o conjunto total fosse objetivo e proporcionasse fácil compreensão da totalidade do assunto.

Parte da literatura foi obtida no próprio Ministério da Agricultura, outra parte na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina e, os demais títulos através de buscas na internet.

#### **4. A Obtenção de uma Nova Cultivar**

Todo programa de melhoramento vegetal visa à obtenção de novas cultivares que atendam as necessidades da demanda de produção e/ou do consumo. Tendo êxito, se obtém uma nova cultivar. De acordo com a Lei 9.456 (Anexo 1) cultivar é a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal que seja claramente distinguível de outras conhecidas por uma margem mínima de características descritas, pela denominação própria, homogeneidade, capacidade de se manter estável em gerações sucessivas, além de ser passível de utilização.

Os programas de melhoramento vegetal podem ser desenvolvidos pela pesquisa pública e/ou pela iniciativa privada. Tais programas caracterizam-se por seus altos custos de implantação, uma vez que se estendem por longos períodos de tempo. Podem durar de 8 a 12 anos para espécies anuais e de 20 até 30 anos para espécies perenes. Estes programas de melhoramento são financiados pelo obtentor que, segundo a Lei de Proteção de Cultivares se caracteriza como o detentor dos direitos patrimoniais e, são conduzidos por um melhorista, que é o mentor, aquele que detém os direitos morais desta nova cultivar desenvolvida.

Conforme Brasil (2011b) a importância de uma nova cultivar reside no fato de que esta pode ser uma ferramenta de suma importância no combate à fome e à pobreza. Ela possui ainda o poder de dar nova força à agricultura de regiões miseráveis ou onde predomina a monocultura. Isto ocorre devido à inovação genética contida nesta nova cultivar, que a torna um eficaz instrumento de desenvolvimento ambiental, social e econômico.

As sementes, de acordo com Walter [200-?], são o principal veículo de reprodução destas novas cultivares, e a forma de distribuir os melhoramentos genéticos às sucessivas gerações.

Ainda de acordo com o autor supracitado, nos últimos anos o Brasil definiu-se pelo aumento da produção e da produtividade agrícola. Através de dados obtidos entre os anos de 1990 e 2003, observa-se que a produção de grãos cresceu 131%, embora o crescimento da área cultivada no País tenha sido de apenas 16,1%. Isto se deu graças ao aumento de 85,5% na produtividade e, estes resultados estão diretamente relacionados à utilização de sementes de qualidade, com capacidade de produção, pureza genética, alta qualidade fisiológica e boa sanidade, parâmetros esses que contribuem significativamente para que altos níveis de produtividade sejam alcançados.

Com isto percebe-se a importância da semente, desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, onde a solução para alimentar a crescente população mundial passa pelo aumento na produção de grãos, proporcionado pela utilização de sementes de alta qualidade, oriundas do melhoramento genético que, por fim, é incentivado pelo retorno financeiro garantido pela existência de uma Lei de Proteção de Cultivares.

## **5. A Proteção de Cultivares no Mundo**

É importante ter em mente quais fatos históricos foram responsáveis pela consolidação de uma agricultura moderna, nos moldes em que a conhecemos hoje, e pela consequente criação da proteção à propriedade intelectual vegetal no Brasil.

Uma vez que os aspectos jurídicos estão intimamente ligados a questões políticas, sociais e econômicas, serão estudados os principais fatores que conduziram o legislador brasileiro a adotar tais normas de proteção vegetal.

E por se tratar de um estudo abrangente, que visa dar um panorama geral sobre o tema, os assuntos serão tratados de forma sucinta, ressaltando apenas os fatos de primordial importância.

## 5.1. Contexto Histórico

A relação entre o homem e a natureza sofreu profunda modificação quando este percebeu a possibilidade da semente multiplicar a planta que lhe deu origem. O homem pôde abandonar seu comportamento nômade, fixando-se em local desejado, cultivando seus alimentos e formando as primeiras comunidades. A constatação da relação semente-planta-sementes teve um papel fundamental no desenvolvimento da agricultura na história da civilização (Walter, [200-?]).

Portanto, há milhares de anos o homem passou a interferir na seleção natural de plantas de forma inconsciente, escolhendo as que produziam melhores sementes. Isto caracteriza o melhoramento genético de plantas, qualificado como um processo empírico e baseado apenas na capacidade humana de perceber determinadas diferenças entre plantas, como sendo um procedimento extremamente antigo.

Muitos conhecimentos sobre as técnicas de seleção foram se acumulando durante os séculos, como consequência das práticas agrícolas. Entretanto, foi apenas após as duas Grandes Guerras que a agricultura, em seu âmbito mundial, teve uma evolução significativa. Foi neste contexto, também, que surgiu a necessidade da proteção das obtenções vegetais, oriundas do melhoramento genético.

Partimos então, para o ano de 1914, no qual as maiores potências do mundo travaram a Primeira Guerra Mundial. Logo após o fim desta, em 1918, uma série de acontecimentos levariam o mundo à Segunda Guerra, que eclodiu em 1939 e teve fim no ano de 1945.

Em 1944, ocorreu a Conferência de Bretton Woods, convocada para construir uma nova ordem econômica mundial. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) resultaram desta conferência (Almeida, 2011). No entanto uma terceira instituição, que seria responsável por estabelecer um sistema multilateral de comércio, a Organização Internacional do Comércio (OIC), deveria ter sido criada, mas divergências entre Estados Unidos e Europa inviabilizaram tal projeto.

Propôs-se então um acordo, o GATT, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Deiro & Mallmann, [199-?]). Este, não se referia a uma instituição multilateral do Comércio,



tratava-se apenas de uma convenção entre as partes contratantes que visava regular as trocas entre as nações ajudando a vencer a crise vigente (Brasil, 2011b).

## 5.2. A Organização Mundial do Comércio (OMC)

No ano de 1994 criou-se a Organização Mundial do Comércio (OMC), sucessora do GATT. A OMC é um organismo internacional, multilateral, para construção, defesa e desenvolvimento do sistema mundial de livre comércio (Brasil, 2009).

Quando do início da Rodada do Uruguai (rodada de negociações que teve início em 1986 e se encerrou em 1994 com a criação da OMC) concordou-se que um dos temas seria o *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS) – *Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio*. O objetivo do TRIPS era formular um acordo multilateral sobre um nível mínimo de proteção para os direitos de propriedade intelectual (Basso, 2000).

A inclusão do TRIPS na Rodada do Uruguai partiu da premissa de que o aumento da proteção dos direitos de propriedade intelectual aumentaria o poder de mercado, isto é, o comércio mundial. Não só haveria um acréscimo do volume de investimentos feitos pelas empresas, como também dos tipos de investimentos. Isso porque quando não existe proteção adequada à propriedade intelectual, as empresas não transferem tecnologia (Basso, 2000).

Desta maneira, o Anexo 1 C (o TRIPS) da ata final que criou a OMC, abrigou as diversas formas de propriedade intelectual, e assim instituiu um estímulo ao investimento em novas tecnologias. Na seção do acordo que dispõe sobre patentes fica estabelecido que os países aderidos à OMC podem escolher, para a proteção intelectual das variedades vegetais, entre um sistema patentário, um modelo *sui generis*<sup>1</sup>, ou uma combinação de ambas as opções (Brasil, 2011b) O TRIPS obrigou, de fato, os membros do GATT a adotarem um sistema de proteção para as variedades vegetais (De Carli, 2005).

---

<sup>1</sup> O termo *sui generis*, de origem latina, significa, literalmente, "de seu próprio gênero", ou seja, "único em seu gênero". Usa-se como adjetivo para indicar que algo é único, peculiar: uma atividade *sui generis*, uma proposta *sui generis*, um comportamento *sui generis*.

Vale observar que este acordo considerou as formas de proteção já existentes em alguns países, como a lei conhecida por Plant Patent Act, que havia sido promulgada nos Estados Unidos em 1930. Além desta, na década de 1950 diversos países da Europa haviam iniciado a construção de uma legislação para proteção *sui generis*, a qual resultou na Conferência de Paris de 1961, com a criação da UPOV.

Sendo assim, alguns países optaram por um sistema de proteção misto, onde se combinam os modelos patentário e o de proteção *sui generis* e, outros países adotaram um sistema exclusivamente *sui generis* (Brasil, 2011b).

### **5.3. A União para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV)**

Após a Segunda Guerra Mundial, quando se intensificou e se consolidou o padrão moderno da agricultura na Europa, surgiu a necessidade de se discutir um tipo de proteção da propriedade intelectual em plantas que atendesse às especificidades do melhoramento genético vegetal. Ao fim da década de 50, foi articulada uma reunião européia com o intuito de debater tal questão. Após quatro anos de discussão foi fundada, em 1961, a União para Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), a qual previa um tipo de proteção específica para as inovações em plantas, e forneceu o marco conceitual que iria balizar as legislações nacionais sobre direitos de melhoristas de plantas (Greengrass, 1993 *apud* Carvalho, 1997).

A UPOV, sediada na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) em Genebra, tem como missão organizar e promover um sistema efetivo de proteção de variedades de plantas, valorizando a criatividade e encorajando o investimento de cientistas e instituições de pesquisa em melhoramento vegetal, para benefício da sociedade.

O instrumento original que estabeleceu a UPOV foi assinado em 1961 e entrou em vigor em 1968, sendo revisado em três atos adicionais, em 1972, 1978 e 1991. Ao se tornarem membros da UPOV os países ou organizações intergovernamentais (como a União Européia) se comprometem a adotar em sua legislação nacional o Ato em vigor.

Os membros existentes não são obrigados a aderir ao novo Ato, podendo permanecer signatários da versão anterior. Esta flexibilidade faz com que nos territórios dos Estados-membros vigorem os mesmo princípios básicos da UPOV, mas podem existir entre eles diferentes patamares de proteção (Brasil, 2011b).

Atualmente, são 69 os Estados-membros da UPOV. Destes, em 49 membros vigora o Ato de 1991, em 22 o Ato de 1978 e, em um país, o Ato de 1961/1972. Desta maneira, os principais Atos em vigor são os de 1978 e 1991, similares na maior parte do texto.

Quadro 1: Principais diferenças dos Atos de 1978 e 1991 da UPOV.

<b>Dispositivo</b>	<b>Ato 1978</b>	<b>Ato 1991</b>
<b>Espécies vegetais abrangidas pela proteção</b>	Definidas pelos membros	Todas as espécies podem ser protegidas
<b>Partes protegidas da cultivar</b>	Material de propagação	Qualquer material oriundo da cultivar
<b>Direitos sobre o material propagativo</b>	Produção para comercialização de material propagativo; ofertar; vender; uso repetitivo para produção de outra cultivar	Produção ou reprodução; armazenamento para fins de reprodução; oferta; venda ou outro tipo de comércio; exportação; importação ou armazenamento para essas finalidades
<b>Direitos sobre o produto da colheita</b>	Não há, exceto para plantas ornamentais utilizadas para propagação com finalidade comercial	Os mesmos do material propagativo, no caso de a cultivar ter sido utilizada sem autorização do detentor do direito de proteção

Fonte: Adaptado de Brasil (2011b).

Com a adesão à UPOV o Brasil teve a garantia de que os direitos dos obtentores brasileiros de novas cultivares seriam respeitados pelos demais países membros. Isto significa que as cultivares desenvolvidas no Brasil não podem ser exploradas comercialmente no exterior, nos países filiados à UPOV, sem o pagamento de direitos aos melhoristas (Porto,1997).

## 6. A Proteção de Cultivares no Brasil

Tendo sido analisada a Proteção de Cultivares de forma global é possível, agora, estudá-la no âmbito nacional.

O estabelecimento de um regime jurídico de proteção da propriedade intelectual para servir de alavanca ao crescimento econômico nacional não é recente na história do Brasil. Antes mesmo da independência de Portugal, vigorava o Alvará do Príncipe Regente Dom João VI, que previa a concessão do privilégio de exclusividade aos inventores e introdutores de novas máquinas e invenções, como um benefício para a indústria e as artes (Brasil, 2009).

Em um momento mais recente da história de nosso País foram tomadas iniciativas, que datam de 1965, para a criação de uma legislação a respeito da proteção legal dos direitos dos melhoristas vegetais. Durante mais de 30 anos, repetidas vezes este assunto foi debatido. O governo brasileiro, então, tomou a iniciativa de enviar ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Proteção de Cultivares pressionado, basicamente, em função da globalização da economia e em decorrência de tratados internacionais (De Carli, 2005).

Assim, a Legislação brasileira sobre proteção de cultivares – Lei 9.456 – foi sancionada em 25 de abril de 1997 e, através desta, o País confirmou sua opção pela utilização de um mecanismo *sui generis* de proteção. No mesmo ano, em 5 de novembro, a presente Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 2.366 que fortalece e padroniza os direitos de propriedade intelectual no Brasil (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

A Lei de Proteção de Cultivares pode ser considerada uma Lei moderna que coloca o país no contexto mundial do desenvolvimento tecnológico da agricultura. Seu texto vem complementar a Lei de Propriedade Intelectual no campo vegetal e atende o compromisso assumido pelo Brasil no acordo do GATT, na Rodada do Uruguai (De Carli, 2005).

Objetivando complementar a implantação da LPC o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 28, de 19 de abril de 1999, o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, conforme o Ato de 1978. Em seguida, o

presidente da República promulgou a Convenção, pelo Decreto nº 3.109, de 30 de junho de 1999, confirmando a adesão do Brasil à UPOV (Brasil, 2011b).

Ainda de acordo com Brasil (2011b), outros normativos posteriores ajudaram a fortalecer os mecanismos implementados pela LPC, como é o caso da Lei de Sementes e Mudas, nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e seu decreto regulamentador nº 5.153, de 23 de julho de 2004, e a Lei de Inovação Tecnológica, nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e respectivo decreto. Ambas as Leis minimizaram distorções na aplicação da LPC, bem como detalharam a operacionalização de aspectos relativos à observância dos direitos dos obtentores, no que se refere à produção e comercialização de sementes e mudas de cultivares protegidas.

A Lei de Inovação, por sua vez, criou ambiente favorável à pesquisa científica, incluindo o melhoramento vegetal e contribuindo efetivamente para o incremento da inovação no setor produtivo, ao facilitar a constituição de parcerias e a cooperação entre instituições públicas e privadas.

O quadro abaixo demonstra cronologicamente os principais marcos legais que influenciaram a proteção de cultivares no Brasil:

Quadro 2: Marcos legais que influenciaram a proteção de cultivares no Brasil.

<b>Ano</b>	<b>Acontecimento</b>
1994	Adesão ao acordo TRIPS
1996	Lei de Propriedade Industrial
1997	Lei de Proteção de Cultivares
1999	Internalização do Ato de 1978 da UPOV por Decreto Legislativo
2003	Lei de Sementes e Mudas
2004	Lei de Inovação Tecnológica

Fonte: SNPC.

## 6.1. Cultivares Passíveis de Proteção

São cinco os requisitos básicos necessários para a proteção de uma cultivar: novidade, distinguibilidade, homogeneidade, estabilidade e denominação própria (Brasil, 2009).

O quesito novidade não tem relação com a atividade inventiva, ele se refere ao tempo de comercialização. Para ser considerada nova, a cultivar de qualquer espécie não pode ter sido comercializada ou oferecida à venda há mais de 12 meses, no Brasil, com o consentimento do obtentor; ou há mais de seis anos, no exterior, para espécies de árvores e videiras, e ainda há mais de quatro anos, para as demais espécies. Considera-se comercialização a primeira operação comercial envolvendo semente genética, básica e certificada da cultivar. Também é observado o conceito de comercialização estabelecido na Lei de Sementes e Mudas (Lei nº 10.711/2003), na qual o comércio é o ato de anunciar, expor à venda, ofertar, vender, consignar, reembalar, importar ou exportar sementes ou mudas. Assim, o obtentor deve estar atento a determinadas ações promocionais ou de lançamento das cultivares, para não colocar em risco a sua novidade (Brasil, 2011b).

Distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade formam o tripé de requisitos técnicos, chamados Testes de DHE, para proteção pelo sistema da UPOV. Segundo a legislação brasileira, esses testes são de responsabilidade do requerente da proteção e devem ser entregues na apresentação do pedido de proteção (Brasil, 2011b).

De acordo com Porto (1997) distinta é aquela cultivar que apresente características claras que permitam identificá-la como diferente de qualquer outra cuja existência seja conhecida na data do pedido de proteção por uma margem mínima de descritores. Os descritores, conforme consta em Brasil (2011b), consistem em um conjunto de características definidas pelo órgão de proteção. A escolha das características que compõem os descritores de cada espécie vegetal leva em conta as características morfológicas, fisiológicas ou moleculares mais marcantes e possíveis de serem transmitidas a cada geração que a cultivar for multiplicada. Alguns exemplos são: cor, formato e tamanho das pétalas, em cultivares de rosa; e teor de cafeína em cultivares de café.

Uma cultivar é homogênea se, quando cultivada, mantém um padrão uniforme, considerando as características que foram utilizadas para descrevê-la. Ou seja, as várias plantas que compõem a cultivar não podem apresentar características discrepantes entre si. É considerada estável a cultivar que mantém suas características preservadas em relação aos descritores em todas as gerações, quando multiplicada em cultivos sucessivos. Ou seja,

estável é a planta que reproduzida em escala comercial mantenha a sua homogeneidade através de gerações sucessivas (Brasil, 2011b).

A cultivar deverá também possuir uma denominação própria, que permita que sua identificação seja distinta de outras cultivares e não induza a erro quanto às suas características, conforme demonstrado no item 7.1 do presente trabalho.

## **6.2. Proteção de Cultivares Estrangeiras**

O Brasil oferece grandes oportunidades ao agronegócio mundial e, com a LPC revelou-se seguro para que empresas de outras nacionalidades trouxessem suas cultivares de ponta para comercializar no País.

A solicitação de proteção para cultivares estrangeiras, protegidas ou não no exterior, segue a mesma linha das demais espécies: preenchimento de formulários próprios e apresentação dos documentos necessários (vide item 7.3).

Os testes de DHE são feitos no Brasil pelo próprio obtentor. Mas, caso o obtentor estrangeiro já tenha executado o teste em seu país de origem, pode optar por utilizá-lo. Todavia, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC) pode exigir que novos testes de DHE sejam realizados em território nacional.

Outro importante dispositivo, aplicável às cultivares nacionais, é o direito de prioridade, de acordo com o qual, se o obtentor tiver entrado com o pedido de proteção de determinada cultivar em um país-membro da UPOV, ele terá até um ano após o depósito do pedido para solicitar a proteção da mesma cultivar em qualquer outro país-membro (Brasil, 2011b).

É necessário, ainda, que haja um contato nacional para obtentores estrangeiros. Isto é exigido para que qualquer dúvida sobre a cultivar possa ser extinta. Este representante legal pode ser qualquer pessoa física ou jurídica que tenha poderes legais para representar o obtentor no País e, deve estar domiciliado no Brasil.

Além disso, todo e qualquer documento em língua estrangeira deve ser traduzido para o português.

E do contrário, quando o interesse for de proteger uma cultivar brasileira fora de nosso país, vale lembrar que a proteção à propriedade intelectual é exercida de forma

territorial. Ou seja, cada país estabelece sua própria legislação, salvo algumas exceções. Portanto, quando se pretende explorar a cultivar também no exterior, é obrigatório proceder conforme a proteção do país de interesse, seguindo as regras determinadas por eles, que nem sempre são semelhantes às regras brasileiras, apesar da existência de tratados internacionais visando à harmonização sobre o tema (Brasil, 2011b).

### **6.3. Fora do Sistema: Sementes Crioulas**

As cultivares crioulas dizem respeito a um grande número de variedades que foram conservadas e selecionadas pelos agricultores familiares ao longo da história. Desta forma, a cultivar crioula é aquela que vem sendo multiplicada através do tempo, e cujo cultivo conduz à adaptação específica ao referido ambiente como resultado da seleção natural, da seleção artificial pelo agricultor ou pela combinação de ambas (Bevilaqua, 2012).

A manutenção das cultivares crioulas é de fundamental importância para a conservação da agrobiodiversidade. Sendo assim, as cultivares crioulas constituem um importante patrimônio genético e cultural, e são os agricultores familiares os responsáveis pela manutenção deste importante patrimônio da humanidade, por meio da conservação de suas sementes.

Entretanto, apesar da inegável importância das cultivares crioulas, estas não podem ser protegidas através da Lei de Proteção de Cultivares, uma vez que não são oriundas de melhoramento genético formal, nem se enquadram no quesito novidade. Ainda há o fato de que não se pode esperar uniformidade dentro de uma variedade crioula e, sendo a homogeneidade uma das exigências para a proteção, as crioulas não se enquadram como passíveis desta prática.

Assim, pode ser percebido através da literatura que as cultivares crioulas por não serem valorizadas pelo mercado estão perdendo gradativamente o seu uso, sendo induzida a sua substituição por cultivares melhoradas, mais produtivas, porém mais exigentes. Sendo assim, cabe aos Engenheiros Agrônomos o incentivo à manutenção destas cultivares pelos pequenos produtores e, na forma de pesquisa, resgatá-las para que seja possível a sua utilização como banco de germoplasma.



A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, estabeleceu importantes programas de trabalho na área de agrobiodiversidade. E adicionalmente criou iniciativas e programas de trabalho sobre conservação de plantas, proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e comunidades locais associados à biodiversidade, educação e sensibilização pública, entre outras. O Brasil foi o primeiro país a assinar a CDB, fato este que se constitui em uma importante força aliada à manutenção das cultivares nativas.

Como já dito, não se pode proteger uma cultivar crioula. Mas como alternativa, pode-se registrar a Indicação Geográfica (IG) desta cultivar, ou seja, o local a que ela está plenamente adaptada e onde apresenta comportamento ou características do produto final diferenciadas dos oriundos de outras regiões. A Indicação Geográfica é o nome geográfico ligado à origem de um produto ou serviço e pode ser de duas espécies: a indicação de procedência e a denominação de origem, onde uma não é pré-requisito para a concessão da outra e, cada uma possui requisitos próprios para a concessão.

A indicação de procedência é o nome geográfico que se tornou conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Enquanto que a denominação de origem é o nome geográfico que designa um produto cuja qualidade ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Brasil, 2009).

Para uma melhor compreensão da aplicação prática da IG tomamos como exemplo o caso da uva Goethe. Neste, foi concedido o registro de Indicação de Procedência, em 14 de fevereiro de 2012. A região produtora, que abrange diversos municípios localizados entre as encostas da Serra Geral e o litoral sul catarinense nas Bacias do Rio Urussanga e Rio Tubarão, é agora registrada como “Vales da Uva e do Vinho Goethe”. O diferencial dos produtos oriundos desta região são os vinhos produzidos a partir de videiras da variedade Goethe. Conforme consta no Relatório de Prospecção (Anexo 2): “A uva Goethe foi introduzida na região no início do século XX, pelo Sr. Giuseppe Caruso MacDonald. A variedade Goethe inicialmente introduzida passou por um processo de mutação, dando origem a outra cepa, a Goethe Primo, confinada até hoje somente na região de Urussanga, a qual produz vinhos sutilmente diferenciados daqueles provenientes da variedade tradicional, o que tornou a produção dos vinhos ainda mais peculiar e característica dessas colônias”. Sendo assim, a indicação de procedência confere a esta cultivar de videira uma espécie de proteção, através da inibição de seu cultivo indiscriminado, uma vez que o já famoso vinho produzido

a partir das suas uvas só poderá ser comercializado com o nome que indique sua procedência por produtores da região geográfica agora registrada. O mesmo pode ser feito para qualquer cultivar, incluindo as crioulas.

O procedimento do pedido de registro da IG no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) está detalhado em um guia que consta no seguinte endereço eletrônico: [http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia\\_basico\\_indicacao\\_geografica](http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia_basico_indicacao_geografica). No pedido ao INPI devem ser anexados documentos que comprovem o reconhecimento da área como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou prestação do serviço, no caso da indicação de procedência, e a qualidade ou característica diretamente relacionada ao meio geográfico, no caso da denominação de origem. Caso concedido o registro, os titulares da IG serão todos os produtores estabelecidos na região.

#### **6.4. Comparativo entre a Lei de Patentes e a Lei de Proteção de Cultivares**

Com relação à biodiversidade, existem duas formas de proteção intelectual admitidas no direito brasileiro: a proteção por patentes e a proteção de cultivares.

No Brasil uma cultivar pode apenas ser protegida, não patenteada. Isto porque a Lei nº 9.279 (Lei de Propriedade Industrial) estabelece que não se considera invenção nem modelo de utilidade o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais; e que não são patenteáveis o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade – novidade, atividade inventiva e aplicação industrial – e que não sejam mera descoberta (Brasil, 2011b). Com isto, extinguiu-se a possibilidade da proteção de variedades vegetais por meio de patentes no Brasil.

Assim, estas modalidades de proteção não se confundem, possuindo traços característicos próprios.

Diz-se proteção intelectual, pois trata de bens incorpóreos, imateriais, frutos do intelecto humano, que se opõem aos bens corpóreos, materiais. Não se pode proteger ideias em si, mas a expressão destas ideias, a materialização das mesmas (Varella, 1997). Pierre Arminjon, citado por Basso (2000), define direitos intelectuais como “os direitos que uma

pessoa pode exercer sobre os produtos de sua imaginação, de sua indústria, de seu comércio, seja para usufruí-los, seja para cedê-los no todo ou em parte”. Ainda segundo o autor supracitado, esses direitos “têm por matérias ideias literárias, científicas, musicais, artísticas, formas e nomes, denominações, processos, invenções, marcas, desenhos, modelos”; os primeiros constituindo “a propriedade intelectual ou artística” e os últimos a “propriedade comercial ou industrial”.

De acordo com Varella (1997), o sistema de proteção de cultivares se aproxima do sistema de proteção por patentes, na medida em que garante o monopólio da comercialização do produto protegido ao titular da proteção. Mas as semelhanças se encerram por aí.

Como já descrito, a legislação de patentes é tratada pela Lei nº. 9.279, de 14 de maio de 1996. No âmbito da biodiversidade, as patentes são utilizadas apenas para a proteção intelectual de microrganismos transgênicos, não se aceitando patenteamento de plantas e animais ou suas partes. Proteção de cultivares não é, portanto, patente de plantas.

Desta maneira uma cultivar pode, além de ser protegida, conter diversas patentes. Como sobre o mecanismo de introdução de um gene, sobre o inibidor, o marcador molecular, entre outros. O conhecido arroz de ouro possui mais de 70 patentes. A soja *Round-up Ready* (soja RR) da multinacional Monsanto, mais de 10.

É importante ressaltar que, no caso da proteção, o *royaltie* só pode ser cobrado sobre o material de propagação, com exceção da cana-de-açúcar (vide item 7.6). Enquanto que, no caso das patentes, pode-se cobrar *royalties* sobre o material de propagação ou, ainda, sobre o produto final.

A proteção por uma lei específica, das variedades brasileiras, permite uma negociação equilibrada entre aqueles que investiram maciçamente na obtenção de variedades adaptadas às condições ecológicas do Brasil e aqueles detentores de patentes de processos biotecnológicos e de genes, quando do desenvolvimento de cultivares transgênicas. É clara, portanto, a importância da Lei de Proteção de Cultivares (Porto, 1997).

## **7. A Lei de Proteção de Cultivares – Lei nº 9.456 de 1997**

A primeira previsão de proteção de variedades vegetais no Brasil surgiu com o Código de Propriedade Industrial de 1945. E em 25 de abril de 1997, foi sancionada a Lei de

Proteção de Cultivares (LPC), instrumento vigente que institui e regula a matéria no País (Brasil, 2011b).

Tal iniciativa teve como objetivo não apenas cumprir o compromisso assumido junto à OMC, mas de atender à necessidade de modernização das estruturas brasileiras, prevista no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, colocado em prática em meados da década de 1990. Entre seus pressupostos, o Plano pretendia limitar a ação do Estado àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, para a iniciativa privada, a produção de bens e serviços destinados ao mercado (Brasil, 2011b). Ainda, segundo consta no site no Ministério da Agricultura, a LPC foi sancionada com o objetivo de fortalecer e padronizar os direitos de propriedade intelectual no País.

### **7.1. Denominação de cultivares**

O nome dado a uma nova cultivar é de grande importância no processo de proteção e comercialização da espécie. Cabe ao obtentor escolher o nome da cultivar. Esta denominação deve ser única, e a cultivar não pode ser identificada de outra forma, mesmo ao cair em domínio público.

A legislação indica as combinações possíveis na hora de definir a denominação. Esta pode: ter de uma a três palavras; ser alfanumérica (ex.: BRS 197); possuir palavras e letras ou palavras e números; não é permitida a utilização de sinais gráficos, com exceção das palavras que os exijam (ex.: FMT Beija-for).

Na legislação brasileira ainda se encontram outras orientações para a designação de uma cultivar a ser protegida. Estas objetivam evitar que o titular do direito de proteção utilize uma denominação que não permita a sua identificação, ou que seja suscetível a erro ou a confusão quanto: às características da cultivar (nomes que dão a ideia de que a cultivar possui atributos que não tem, termos que identifiquem características de outras cultivares, denominação que sugira erroneamente que a cultivar derive ou esteja relacionada à outra quando isto não corresponder a realidade); ao seu valor (denominação que induza a pensar que a variedade tem atributos superiores a outras da mesma espécie, pelo uso de palavras como: melhor, superior, campeão); à sua procedência (a denominação não pode indicar lugar geográfico, se ele não corresponder à realidade. Também não será aceita designação que se

refira a locais geográficos conhecidos); à identidade da cultivar ou do obtentor (não pode haver denominação muito semelhante à outra preexistente).

Quando forem apresentadas denominações semelhantes para diferentes espécies, deve-se verificar a tabela de classes elaborada pela UPOV, a qual define que uma denominação não pode ser utilizada mais de uma vez na mesma classe. As classes abrigam espécies ou gêneros muito parecidos entre si e suscetíveis de indução a erro ou confusão. Não podendo ser utilizada, por exemplo, a mesma denominação para uma cultivar de chicória e de alface, mas a mesma denominação pode ser utilizada para uma cultivar de alface e outra de cenoura. A legislação também não permite o uso de nome botânico ou comum de um gênero ou espécie; ou que inclua termos como variedade, cultivar, forma, híbrido, cruzamento ou suas traduções. Não se pode, portanto, utilizar como denominação de uma cultivar da espécie aveia a palavra margarida (Brasil, 2011b).

Dentre outros aspectos relevantes sobre a denominação de cultivares, está o uso de prefixos que aparecem repetidamente em cultivares do mesmo obtentor. Por caracterizarem a sua origem, os prefixos evidentemente conhecidos não serão aceitos na denominação de cultivares que não sejam do próprio obtentor.

## **7.2. Cultivar Essencialmente Derivada**

O conceito de cultivar essencialmente derivada (CED) não existia nas versões de 1961, 1972 e 1978 da Convenção da UPOV. A conceituação e as definições legais só entraram na versão de 1991 e, apesar de a LPC brasileira estar baseada no Ato de 1978 da UPOV, julgou-se importante a inclusão dos dispositivos referentes às CEDs em seu escopo.

Desta maneira, considera-se que uma cultivar essencialmente derivada é aquela essencialmente derivada de outra cultivar se, cumulativamente, for: a) predominantemente derivada da cultivar inicial ou de outra cultivar essencialmente derivada, sem perder a expressão das características essenciais que resultem do genótipo ou da combinação de genótipos da cultivar da qual derivou, exceto no que diz respeito às diferenças resultantes da derivação; b) claramente distinta da cultivar da qual derivou, por margem mínima de descritores, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão competente; c) não tenha sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e

que, observado o prazo de comercialização no Brasil, não tenha sido oferecida à venda em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de seis anos para espécies de árvores e videiras e há mais de quatro anos para as demais espécies.

O objetivo dos dispositivos legais da Convenção da UPOV a respeito das CEDs era de garantir que uma empresa de biotecnologia por meio de técnicas de engenharia genética, ou qualquer pessoa que, induzindo ou encontrando uma mutação, obtivesse uma nova cultivar a partir de uma já protegida, pudessem proteger suas obtenções. Ou seja, apenas com mudanças pontuais nas características de uma cultivar, suficientes para diferenciá-la da primeira, seria possível conseguir sua proteção (Brasil, 2011b). Isto é importante uma vez que valorizando também os esforços do melhorista clássico na obtenção da primeira cultivar.

As CEDs podem ser protegidas da mesma forma que qualquer outra cultivar, bastando apenas que cumpram os requisitos básicos para a proteção. No entanto, é ampliado o alcance do direito do obtentor da cultivar inicial protegida às suas cultivares essencialmente derivadas.

Em outras palavras, para que o titular dos direitos sobre a cultivar B (essencialmente derivada da inicial protegida A), comercialize o seu material propagativo, deve obter autorização do titular dos direitos da cultivar inicial A. Consequentemente, para um terceiro comercializar o material propagativo da cultivar B, seria necessária tanto a autorização do titular da cultivar inicial A quanto do titular da CED B (Brasil, 2011b).

### **7.3. Documentação Necessária para o Pedido de Proteção**

A solicitação de proteção de uma cultivar vegetal no Brasil é realizada mediante a apresentação física de uma série de documentos junto ao SNPC, do MAPA, em Brasília. O requerimento de proteção poderá ser feito pelo próprio obtentor, por seu representante legal ou pelo cessionário do direito sobre a cultivar.

Para requerer a proteção de uma cultivar no Brasil, é necessário o preenchimento de três formulários disponíveis no portal da internet do Ministério da Agricultura. Mais precisamente, na página de Proteção de Cultivares ([www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br) > Vegetal > Sementes e Mudanças > Registros e Autorizações > Proteção de Cultivares > Formulários para a Proteção de Cultivares) (Vide Anexos 3, 4, 5, 6 e 7). É nesta última página que se tem acesso

ao Sistema *CultivarWeb* (Anexo 8). Os formulários são os seguintes: Formulário de Requerimento de Proteção de Cultivar, Relatório Técnico, Descrição da Cultivar.

O Formulário 1 (Requerimento de Proteção de Cultivar) é disponibilizado ao requerente, que deve ser ele próprio ou seu representante legal domiciliado no Brasil, após cadastro no Sistema *CultivarWeb* (Anexo 9). O cadastro é feito ao acessar o *banner* apontado no Anexo 6. Após este passo, basta fazer o login no sistema e acessar o Formulário 1, este, deverá ser preenchido eletronicamente e enviado via internet. Após o envio o usuário receberá um número como comprovante de remessa. Uma cópia do formulário deve ser impressa, assinada e todas as demais páginas rubricadas. Posteriormente, o formulário e os demais documentos devem ser entregues ao SNPC via correio ou pessoalmente.

Os demais formulários devem ser baixados na página do SNPC a partir dos respectivos *links* e preenchidos para envio somente na forma impressa, pois não estão disponíveis na forma eletrônica.

Após o download do Formulário 2, o interessado deve imprimi-lo e preenchê-lo, informando dados da cultivar como: origem genética, método utilizado na sua obtenção, local que foram realizados os testes de DHE, cultivares utilizadas como comparação e características que as diferenciam. O Formulário 2 deve ser assinado pelo requerente ou representante legal e também pelo responsável técnico, os quais devem rubricar todas as demais páginas do relatório (Brasil, 2011b).

O Formulário 3 (Instruções de DHE e Tabela de Descritores Mínimos) deve ser preenchido de acordo com descritores já publicados para a espécie à qual pertença a cultivar candidata à proteção. Na página são listados descritores de diversas espécies, mas caso a cultivar pertença a uma espécie cujos descritores ainda não tenham sido publicados, o interessado deverá entrar em contato pessoalmente com os técnicos do SNPC e solicitar a elaboração do documento.

Depois do preenchimento, impressão e assinatura dos formulários, deve ser realizado o pagamento da taxa de solicitação de proteção (conforme instruções contidas na página principal do SNPC). Estes documentos, junto à cópia da Guia de Recolhimento da União (GRU) relativa ao pedido de proteção, devem ser encaminhados ao SNPC, em Brasília. Caso seja indicado um representante legal, anexar também a procuração do titular da cultivar para seu representante. Esta documentação pode ser enviada via correio ou entregue pessoalmente por qualquer portador.

O protocolo da solicitação de proteção será efetuado pelo SNPC, no momento em que for recebida a documentação completa, desde que já tenha sido encaminhado o formulário de requerimento de proteção. A LPC determina que a análise inicial seja feita em 60 dias. Ao final desse prazo, se todos os requisitos e condições forem atendidos, a cultivar estará apta a receber o Certificado Provisório de Proteção. Se houver necessidade de complementação de informações, o requerente será notificado e terá mais 60 dias para responder às exigências. O SNPC pode também decidir testar a cultivar e, tais testes, são feitos pelo requerente, que deve arcar com os custos e seguir as orientações do SNPC.

O requerente pode acompanhar em tempo real, na página do MAPA, a tramitação e a situação em que se encontram seus pedidos de proteção, por meio do sistema eletrônico de gerenciamento de cultivos.

A proteção provisória passa a valer com a publicação do “Aviso” do trâmite do pedido de proteção no Diário Oficial da União, quando é aberto o prazo de 90 dias para eventuais impugnações. O Certificado Provisório de Proteção de cultivar é considerado um título precário até que a autoridade decida definitivamente sobre a concessão da proteção.

Transcorrido esse período, é publicada a “Decisão”, ato administrativo que denega ou defere o pedido de proteção, cabendo ainda recurso por 60 dias.

Somando-se os prazos para impugnações e recursos, o “Certificado Provisório” vigora por, aproximadamente, cinco meses e pode ser usado pelo titular para efetuar transações comerciais e licenciamentos, fazendo jus à remuneração a que teria direito após a finalização dos trâmites de proteção da cultivar.

Todavia, essa proteção provisória somente tem valor legal caso a proteção definitiva venha a ser concedida. A proteção dos direitos de propriedade intelectual da cultivar se efetiva somente após a concessão do “Certificado de Proteção” e, historicamente, a média de tempo para tramitação de um processo de proteção no SNPC é de 12 meses.

As tramitações podem ser observadas pelo fluxograma da Figura 1.



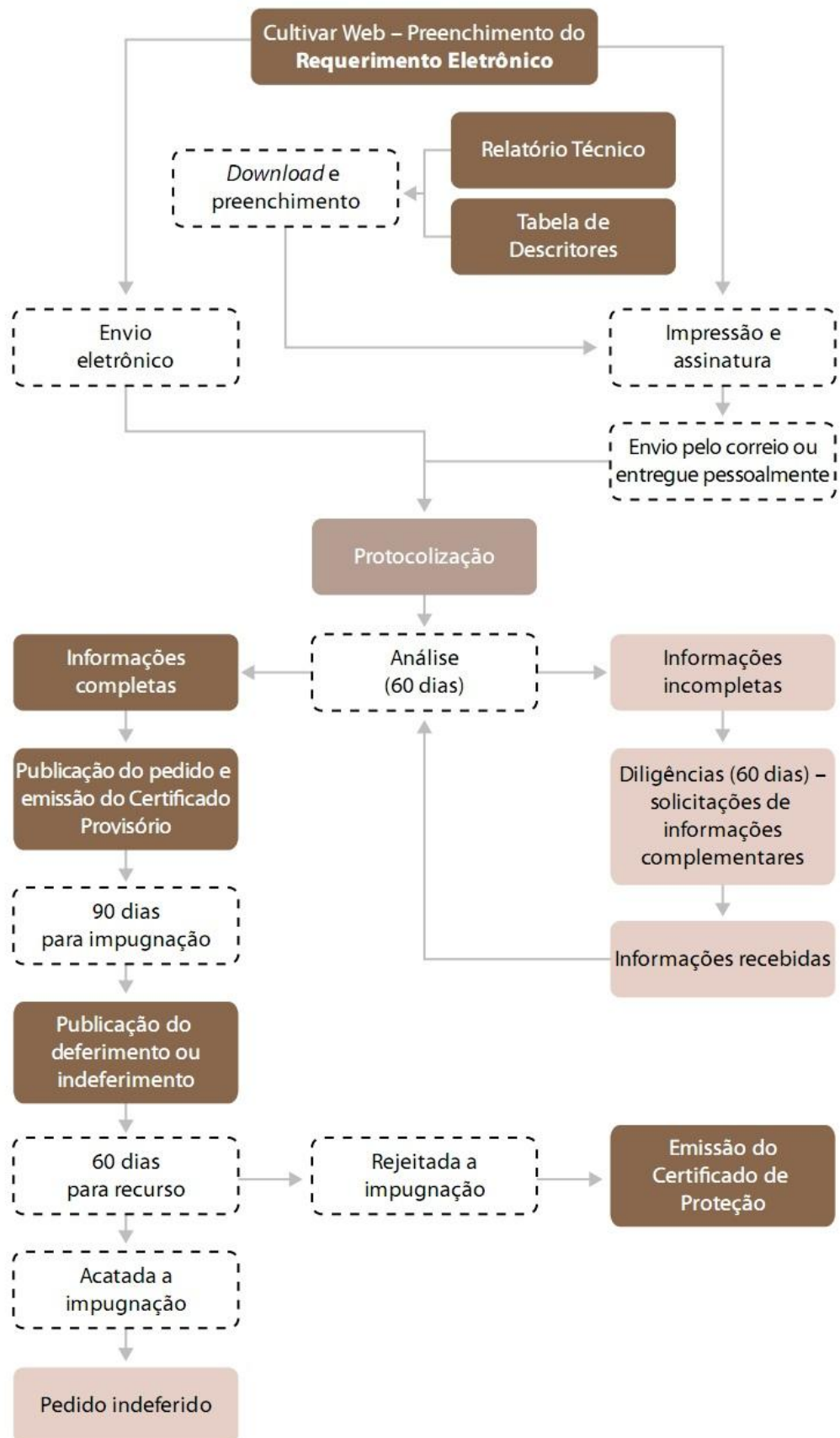


Figura 1: Etapas e prazos de tramitação de pedidos de proteção de cultivares

Fonte: Brasil (2011b).

#### **7.4. Duração da Proteção e Extinção dos Direitos**

A duração da proteção de uma cultivar vigora a partir da data de concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 anos, com exceção das videiras, árvores frutíferas, árvores florestais e árvores ornamentais, inclusive, em cada caso, o seu porta-enxerto, para as quais a duração será de 18 anos, pelo fato de terem um ciclo de crescimento mais longo que as demais espécies (Porto, 1997).

Decorrido o prazo de vigência do direito de proteção, a cultivar cai em domínio público e nenhum outro direito poderá obstar sua livre utilização (Porto, 1997).

#### **7.5. Direitos Assegurados**

Mediante a concessão do “Certificado de Proteção de Cultivar” fica garantida a proteção dos direitos à propriedade intelectual da cultivar em questão. Este certificado é a única forma de proteção de cultivares e de exercer direitos que dificultem o uso indiscriminado de plantas, suas partes de reprodução ou de multiplicação vegetativa, no País (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

A proteção assegura ao obtentor o direito à reprodução comercial da cultivar no território brasileiro. Assim, durante o prazo de proteção fica vedado a terceiros a produção com fins comerciais, o oferecimento à venda ou a comercialização do material de propagação da cultivar, sem a autorização do titular do direito. Quem pratica atos contrários a esse direito de exclusividade está sujeito às sanções do artigo 37 da LPC (Brasil, 2009).

Para melhor entender o alcance do direito do titular da proteção de uma cultivar é importante primeiro esclarecer sob qual objeto incide tal direito. De acordo com a LPC “a proteção da cultivar recairá sobre o material de reprodução ou de multiplicação vegetativa da planta inteira” (De Carli, 2005). Assim, todo o material propagativo está coberto pelo direito de proteção, ou seja, qualquer parte de uma planta de cultivar protegida utilizada na reprodução ou multiplicação da cultivar. Como exemplos de materiais propagativos podemos citar as sementes e mudas, os tubérculos, as estacas e os brotos.

Uma vez disponível no mercado, uma cultivar protegida está sujeita a ser facilmente reproduzida sem o conhecimento do seu titular. A maioria das pessoas sabe, por exemplo, que para produzir uma nova muda de Violeta (planta ornamental do gênero *Saintpaulia*) basta introduzir uma folha no solo e regá-la. Desse modo, é possível criar mudas idênticas à planta da qual foi retirada a folha. No entanto, se a planta inicial se tratasse de uma cultivar protegida e as plantas obtidas fossem destinadas ao comércio, o momento do plantio da folha já seria considerado uma violação ao direito do titular da proteção. Mas, se as plantas fossem mantidas apenas no âmbito doméstico, a situação seria considerada uma exceção que não feriria o direito do titular (Brasil, 2011b). O controle do uso não autorizado de uma cultivar mostra-se um tanto complexo, pois mesmo quando se destina à produção de grãos o produto gerado pode ser utilizado como semente.

É importante, ainda, saber que do ponto de vista botânico, semente é o óvulo desenvolvido após a fecundação, contendo o embrião, o endosperma (às vezes ausente) e o tegumento (casca). E, de acordo com a LPC, semente é toda e qualquer estrutura vegetal utilizada na propagação de uma cultivar. Portanto, para a LPC o conceito de semente é muito mais abrangente, dando o direito da proteção a cultivar sobre o material de reprodução, multiplicação ou sobre qualquer estrutura vegetal utilizada na propagação da cultivar (Varella, 1997). A semente, então, é o veículo que congrega para as inovações e os avanços tecnológicos, visando a agregação de valor ao produto a ser transferido ao produtor rural, representando altos ganhos econômicos ao setor agrícola (Brasil, 2011a), ou seja, a semente é o principal agente da transformação biotecnológica (Wilkinson & Castelli, 2000 apud De Carli, 2005).

O direito do titular da proteção abrange toda cultivar criada posteriormente que não se diferencie da protegida. Então, sempre que for indispensável a utilização da cultivar protegida para produção comercial de outra, fica o titular da segunda cultivar obrigado a obter a autorização do titular do direito de proteção da primeira, tal previsão visa resguardar os direitos do titular da proteção no caso específico de variedades híbridas. Para a produção de sementes de uma variedade híbrida C é necessário cruzar uma linhagem materna A com uma linhagem paterna B. Se forem semeados grãos colhidos a partir do cultivo da variedade C, as plantas não se parecerão com C, A ou B, mas serão uma grande mistura de plantas segregantes. Logo o híbrido C pode ser considerado uma cultivar passível de proteção, pois difere significativamente de outras cultivares, inclusive as parentais. Pode também ser reproduzido, desde que a partir dos mesmos parentais. Portanto, se uma linhagem protegida

de milho for utilizada como parental para a produção de um milho híbrido, este poderá ser protegido pelo seu obtentor. Todavia, a produção comercial desse milho híbrido será condicionada à autorização do titular da proteção da linhagem parental (Brasil, 2011b).

O direito do titular também abrange cultivares essencialmente derivadas, apresentadas no item 7.2 do presente estudo.

O princípio da exaustão de direitos tem como objetivo assegurar que os titulares dos direitos de proteção possam exercê-los e recebam remuneração apenas uma vez a cada ciclo de reprodução. Desse modo, sempre que o material propagativo da cultivar for colocado no mercado, com a autorização do titular da proteção, pressupõe-se que este tenha sido remunerado, não cabendo cobrança de direitos até que novo material de propagação seja produzido.

A exploração da cultivar protegida não depende apenas da autorização do titular de sua proteção. Várias legislações do MAPA incidem sobre as cultivares protegidas. Dentre as áreas que têm relação com a proteção, a mais próxima é a do Registro Nacional de Cultivares (RNC), que habilita as cultivares para produção e comercialização no País. Uma cultivar para ser protegida não precisa estar registrada e vice-versa. São inscrições completamente independentes. Mas, embora o RNC e o SNPC desenvolvam trabalhos com propósitos distintos, em razão de lidarem com o mesmo objeto, os dois setores estão profundamente relacionados sob o ponto de vista técnico e trabalham no sentido de unificar as informações, eliminando o risco de dados conflitantes sobre a mesma cultivar (Brasil, 2011b).

## **7.6. Quem a Lei Privilegiou**

A proteção de cultivares admite que se desenvolvam pesquisas a partir de uma variedade protegida, sem a autorização do seu titular; permite o uso de campos de replantio para formação de sementes pelo agricultor e isenta os pequenos agricultores do pagamento dos direitos de propriedade intelectual (Varella, 1997).

Desta forma, a LPC demonstra a preocupação do Estado em criar regras que estabeleçam os direitos privados sobre as cultivares melhoradas, como parte da estratégia de desenvolvimento econômico do País. Além disso, não esquece que os grupos sociais menos privilegiados economicamente devem ser protegidos. O Artigo 10 da LPC é um ponto muito

importante da Lei, pois ajuda a estabelecer um equilíbrio entre o reconhecimento dos direitos intelectuais privados e os benefícios sociais esperados por meio dos produtos gerados por este capital intelectual (Brasil, 2011b).

De acordo com o Brasil (2011b), baseado no Artigo 10, da LPC, são exceções ao direito do obtentor de cultivar protegida:

1. A reserva e o plantio de sementes para uso próprio.

Apesar de a definição de uso próprio não constar na LPC, trata-se de instituto amplamente reconhecido. Tradicionalmente, o costume de guardar sementes para plantio nas safras futuras garante a segurança alimentar da família e preserva a genética das variedades tradicionais ou crioulas.

Em 2003, a Lei de Sementes e Mudas (Lei nº 10.711/2003) instituiu uma definição de uso próprio visando delimitar a sua aplicação. Esta define a semente para uso próprio como sendo a quantidade de material de reprodução vegetal guardada pelo agricultor, a cada safra, para semeadura ou plantio exclusivamente na safra seguinte e em sua propriedade ou outra cuja posse detenha, observados, para cálculo da quantidade, os parâmetros registrados para a cultivar no RNC.

As condições para efetuar o uso próprio continuam a ser descritas no Art. 115, do Decreto nº 5.153/2004. Neste, fica instituído que o material de propagação vegetal reservado pelo usuário, para semeadura ou plantio, será considerado “sementes para uso próprio” ou “mudas para uso próprio”, e deverá ser utilizado apenas em sua propriedade ou em propriedade cuja posse detenha; estar em quantidade compatível com a área a ser plantada na safra seguinte; ser proveniente de áreas inscritas no MAPA, quando se tratar de cultivar protegida; obedecer, quando se tratar de cultivares de domínio público, ao disposto neste Regulamento e em normas complementares, respeitadas as particularidades de cada espécie; e utilizar o material reservado exclusivamente na safra seguinte.

E, vale observar, que não se aplica este artigo aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si.

Por serem posteriores e se referirem mais especificamente à produção de sementes, os normativos complementares sobre uso próprio passaram a ser incorporados à interpretação da LPC, somando-se às demais exceções ali definidas. Então, do ponto de vista do produtor rural, a lei é flexível ao lhe permitir utilizar como semente para a safra seguinte,

material colhido no ano anterior, com exceção da cana-de-açúcar. Desta forma, uma vez adquirida a semente pela primeira vez, tanto o uso para replantio ou mesmo a troca entre pequenos agricultores pode ser feita livremente (De Carli, 2005).

2. O uso ou a venda do produto da colheita, desde que não seja para fins de replantio.

A exceção mais óbvia é a que se refere à venda do produto da colheita, uma vez que esta é a função econômica do agricultor: produzir para abastecer o mercado. A ressalva deste dispositivo é que o produto da colheita da cultivar protegida não seja comercializado como material propagativo, caso em que estaria ocorrendo violação do direito do titular da proteção. Portanto não será permitida a cobrança de *royalties*, pela detentora dos direitos da cultivar, no produto final. Somente no material de propagação.

3. O uso da cultivar em programas de melhoramento (a isenção do melhorista).

Melhoristas vegetais estão isentos de obrigações perante os titulares de direito sobre a cultivar protegida, quando ela for utilizada para fins de pesquisa ou desenvolvimento de novas cultivares. Essa característica tem como objetivo viabilizar o progresso contínuo das atividades de pesquisa em melhoramento vegetal. Com o livre acesso à matéria-prima para melhoramento, cria-se um ambiente competitivo, no qual ganham o agricultor, que dispõe sempre de cultivares de ponta, e o país, que eleva os patamares de qualidade e volume de produção.

4. A produção para a doação ou troca de sementes efetuadas por pequenos produtores rurais no âmbito de programas de governo (a exceção dos pequenos produtores rurais).

Ao conceituar quem seria o pequeno produtor rural, a LPC delimita o perfil do agricultor alvo de programas de subsídios especiais de crédito agrícola, de incentivo à pequena agricultura familiar, de benefícios fiscais e de acesso facilitado a insumos, entre outros, poupando-o de encargo adicional do pagamento de *royalties*. Esse agricultor pode multiplicar sementes da cultivar protegida, para doação ou troca, desde que entre agricultores que atendam às mesmas condições, no âmbito de programas de financiamento ou de apoio a pequenos produtores rurais, conduzidos por órgãos públicos ou organizações não governamentais, autorizadas pelo poder público.

5. Para a cultura da cana-de-açúcar, só é dispensada a autorização do obtentor para multiplicação de cultivar protegida para agricultores com área inferior a quatro módulos fiscais ou quando a produção não for destinada à indústria (a exceção da cana-de-açúcar).

A cana-de-açúcar recebeu um tratamento especial da LPC, sendo a única espécie sobre a qual não pode ser aplicado o uso próprio ao material propagativo das cultivares protegidas, caso o agricultor possua área superior a quatro módulos fiscais e produção destinada ao processamento industrial. Ou seja, para essa cultura, a proteção se dá até o produto final: não há o “privilegio de agricultor”. Mesmo que produza suas próprias sementes (toletes, no caso) o agricultor está obrigado a obter autorização do detentor do direito sobre a cultivar e, eventualmente, pagar-lhe os *royalties* (Londres, 2006).

Portanto, o produtor que for autorizado ao cultivo de variedade protegida pagará sobre a produção final (De Carli, 2005).

#### 6. Licenciamento compulsório e uso público restrito.

O licenciamento compulsório e o uso público restrito são as mais impactantes restrições ao exercício dos direitos dos titulares de proteção.

São medidas que permitem a exploração da cultivar independentemente da autorização de seu titular. Isso, porém, desde que sejam motivadas exclusivamente por interesse público. Em outras palavras, a LPC também criou mecanismos para punição de abuso do poder econômico ou mesmo para manobras de mercado.

Caso tais situações ocorram, o governo pode utilizar-se de dois mecanismos: emitir licença compulsória a terceiros ou determinar o uso público restrito. Em ambos os casos, o titular perde o direito de exploração da cultivar protegida por três anos, podendo esta determinação ser prorrogada por mais três anos. Durante esse período, o titular da cultivar receberá remuneração determinada pelo governo e, após retomar os seus direitos, a duração da proteção será subtraída pelo número de anos de punição (Garcia, [200-?]).

### 7.7. Cultivares protegidas

Atualmente existem 1.677 cultivares protegidas ou com proteção provisória concedida, no Brasil. O sistema *CultivarWeb* apresenta informações sobre as cultivares

protegidas e as solicitações de proteção em andamento, as quais têm seus pedidos de proteção ainda em análise pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC). É possível, através deste sistema, consultar dados como o nome científico e comum das espécies, a denominação da cultivar e os protocolos de pedido de proteção (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

De acordo com Taveira (2009) o conhecimento sobre os dados de proteção de cultivares no Brasil, incluindo a identificação das culturas de maior interesse e das que possuem maior aporte de investimentos públicos e/ou privados, é de grande interesse para a formulação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento do setor de cultivares e sementes no país. Estas informações também são relevantes para a formulação de estratégias de negócio e posicionamento de mercado por parte das empresas, seja na geração de novas variedades vegetais, ou na competição no mercado brasileiro de sementes.

Desta forma foi contabilizado e organizado em forma de quadro, o número de certificados de proteção de cultivares em situação definitiva ou provisória no Brasil até outubro de 2012, a partir de dados levantados junto ao sistema *CultivarWeb*.

Conforme consta no Quadro 3, a soja é a espécie que apresenta maior número de pedidos de proteção concedidos ou provisórios, totalizando 531 pedidos, praticamente o dobro do segundo grupo mais numeroso, o de ornamentais, que compreende 307 pedidos. Entre as espécies individuais, a soja é seguida pelo trigo, cana-de-açúcar, batata, arroz, algodão e milho.

Quanto às variedades protegidas no país é importante saber, além das espécies que se sobressaem com maior número de pedidos, as razões pelas quais as empresas focam mais nestas espécies. Isto possibilita compreender, também, a amplitude do papel dos setores público e privado no agronegócio brasileiro.

Dados coletados por Taveira (2009) no referido ano da publicação de seu estudo, concluem que dentre os seis grupos de cultivos avaliados (florestais, forrageiras, grandes culturas, olerícolas, frutíferas e ornamentais) a iniciativa privada apresentou maior quantidade de variedades protegidas em todos à exceção do grupo das grandes culturas. Enquanto as empresas públicas detinham a maior quantidade de cultivares desenvolvidas para as espécies de importância social, como arroz e feijão, sobre as quais a iniciativa privada não tem interesse em aportar recursos para investimento, por resultarem em menor retorno financeiro. Estes resultados demonstram que a pesquisa pública tem papel fundamental na ampliação da base genética dos cultivos, devendo manter programas de melhoramento ou provimento de



materiais tecnológicos para o maior número de espécies possíveis. Vale apenas observar que há uma forte tendência de que as empresas privadas passem a comandar a produção de novas cultivares do grupo das grandes culturas, uma vez que estas geram maiores retornos econômicos. Esta tendência podia ainda não se refletir nos dados obtidos em 2009, pelo fato de a pesquisa levar determinado tempo para colher seus frutos, devido ao melhoramento genético vegetal ser um processo relativamente longo.

Quadro 3: Certificações de Proteção de Cultivar concedidas e provisórias.  
Situação até 31 de outubro de 2012.

GRUPO DA ESPÉCIE	SITUAÇÃO	
	Nome Comum	Proteção Definitiva/provisória
TOTAL FLORESTAIS (EUCALIPTO)		44
TOTAL FORRAGEIRAS		26
TOTAL FRUTÍFERAS		89
GRANDES CULTURAS	Total Algodão	63
	Total Arroz	65
	Total Batata	68
	Total Cana-de-açúcar	112
	Total Feijão	45
	Total Milho	50
	Total Soia	531
	Total Trigo	124
	Total Sorgo	35
	Total Aveias	16
	Total Café, Centeio. Cevada. Amendoim Mamona, Tabaco e Triticale	44
TOTAL GRANDES CULTURAS		1153
OLERÍCOLAS	Total Alface	40
	Total Morango, Cebola, Cenoura, Ervilha e Feijão-Vagem	18
TOTAL OLERÍCOLAS		58
TOTAL ORNAMENTAIS		307
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1677</b>

Fonte: Sistema CultivarWeb.

O melhoramento de plantas no Brasil ganhou fôlego após a entrada em vigor da Lei de Proteção de Cultivares, que a partir da concessão de direitos sobre as novas cultivares desenvolvidas, constituiu uma nova fonte de financiamento de pesquisas públicas, e em mecanismo essencial para o custeio das operações privadas na produção de novas variedades e sementes básicas.

### **7.8. O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC)**

A LPC criou, no âmbito do Ministério da Agricultura, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), que é o órgão responsável por acolher os pedidos de proteção de cultivares no Brasil (De Carli, 2005).

O MAPA sempre busca evidenciar a propriedade intelectual, em seu planejamento e nas ações estratégicas, por considerá-la instrumento fundamental de incentivo à inovação e ao desenvolvimento econômico, em especial do setor agropecuário brasileiro. De tal maneira, acompanhando o dinamismo do agronegócio, em 2005, o MAPA passou por uma reestruturação visando tornar sua atuação mais ágil e eficiente. A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), área técnica do MAPA dedicada ao fomento do desenvolvimento sustentável do agronegócio, está estruturada em quatro departamentos: O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), a Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária (Capta) e a Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica (CIG) estão ligados ao Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária (Depta) (Brasil, 2011b).

Dentre as diversas competências atribuídas ao SNPC, destacam-se a análise de requerimentos e a outorga dos certificados de proteção aos obtentores. Também é dever do SNPC manter a base de dados e conservar as amostras vivas para fins de fiscalização, além de monitorar as características originais de cultivares protegidas no território nacional (Brasil, 2011b).

O SNPC é constituído de três divisões com funções bem definidas: cadastro e documentação; análise técnica; e apoio laboratorial. As suas atividades são conduzidas por fiscais federais agropecuários e centralizadas na sede do MAPA, em Brasília.

Há ainda, dois setores do MAPA que atuam em estreita colaboração com o SNPC na execução das atividades de proteção de cultivares: a Coordenação de Sementes e Mudas – especialmente a unidade do Registro Nacional de Cultivares (RNC) – e as Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) – unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura nos estados da Federação.

O RNC habilita as cultivares para produção e comercialização no País e mantém o cadastro com informações agronômicas, sendo importante referencial para as análises de pedidos de proteção. As SFAs, entre outras atribuições, fiscalizam o padrão na produção das sementes e mudas comercializadas no País, desde a documentação para a inscrição dos campos ou matrizes, o padrão dos campos de produção, o beneficiamento, a embalagem, a análise e a documentação para a comercialização, verificando a manutenção das características declaradas na ocasião da proteção ou do registro de uma cultivar (Brasil, 2011b).

## **8. Influências da Criação da Lei de Proteção de Cultivares**

No Brasil, com a aprovação da Lei de Proteção de Cultivares, inaugurou-se uma nova fase no processo de produção de sementes, possibilitando às empresas apropriarem-se dos resultados das inovações introduzidas no mercado pela garantia do direito de propriedade intelectual sobre os cultivares, permitindo ainda, a cobrança de *royalties* pelo uso das sementes.

Essas mudanças na legislação provocaram o surgimento em poucos anos de uma verdadeira revolução no cenário do Agronegócio Sementeiro Nacional. O Brasil tornou-se, de repente, altamente atrativo para empresas multinacionais do segmento agrícola, sobretudo na área da biotecnologia, do melhoramento de sementes e das plantas geneticamente modificadas (De Carli, 2005).

A proteção à propriedade intelectual, no caso a proteção de cultivares, pode ser facilmente examinada por sua contribuição para a mudança técnica, difusão do conhecimento, expansão dos recursos humanos, financiamento da tecnologia, crescimento industrial e desenvolvimento econômico.

Ou seja, em um meio onde prevalece a confiança na propriedade intelectual, os vínculos entre as universidades e as empresas se fortalecem, o sistema bancário aprende a emprestar dinheiro para negócios baseados em ativos da propriedade intelectual e, muda também a opinião no exterior. Os que estão interessados no potencial de investimento do país, tanto para a transferência de tecnologia como para geração do produto, podem participar da confiança que é dada por um sistema fortalecido de propriedade intelectual. Ao se refletir sobre este processo dinâmico, torna-se claro que um volume maior de recursos pode ser canalizado para atividades produtivas quando há confiança na proteção. E muito mais pode acontecer. Mais energia criativa é liberada na economia. O aumento esperado do crescimento econômico decorrente da introdução de tecnologia nova pode ter início. E a alta taxa de retorno social prevista começa a se fazer sentir (Sherwood, 1992).

A alimentação de inovação implica na manutenção de um ambiente favorável, onde a formação de recursos humanos e a produção do conhecimento cabem às instituições e empresas geradoras de tecnologia. Ao setor produtivo cabe a incorporação da inovação em seu processo produtivo, como forma de aumentar o crescimento, gerar empregos, agregar valor aos bens e serviços, impulsionar a produtividade e competitividade no mercado global. E, finalmente, ao Estado, cabe a promoção da cultura de inovação, a articulação dos atores, os incentivos à inovação, a integração de políticas e ações, e o desenvolvimento de arcabouço regulatório que favoreça o sucesso das iniciativas (Brasil, 2009).

Um efeito importante da proteção à propriedade intelectual é a transferência de muitos dos custos associados ao desenvolvimento tecnológico do setor público para o setor privado da economia. Isto não reduz o papel do governo de incentivar a investigação de ciência básica, embora o aumento do interesse dos grupos privados em pesquisa faça crescer a possibilidade de um apoio maior das empresas à pesquisa universitária (Sherwood, 1992).

As determinações legais entre a troca e venda de tecnologias, produtos e processos de instituições de ciência e tecnologia, mudaram profundamente durante os últimos anos. As leis que antes eram restritas a atividades industriais, como direitos autorais, propriedade intelectual, registro de marcas e patentes, *royalties*, entre outras, estão sendo estabelecidas também no setor agrícola. Neste contexto, a participação de instituições privadas ganha mais destaque na pesquisa agrícola. Esse novo arcabouço legal afeta diretamente as relações de parceria entre as instituições públicas e privadas (De Carli, 2005).

Em outras palavras, a LPC alterou significativamente o modelo de geração de tecnologia na área de produção de sementes em vigor no País. As novas cultivares, até o

advento da Lei, eram desenvolvidas, quase na sua totalidade, pela pesquisa pública, especialmente pela Embrapa. Pelo novo modelo, a iniciativa privada foi chamada a participar da geração de novas tecnologias em sementes (Brasil, 2011b).

Diante deste cenário, o setor privado vem aumentando gradativamente o interesse para o desenvolvimento de pesquisas agrícolas. E, como já especificado, fica claro que este aumento da participação de empresas privadas na pesquisa e desenvolvimento agrícola na área de sementes está relacionado à legislação sobre propriedade intelectual de proteção de cultivares, que é um poderoso instrumento para garantir a apropriabilidade dos resultados de pesquisa (De Carli, 2005).

Quanto ao setor público, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), junto a essas empresas privadas de sementes, participa ativamente na difusão de novas tecnologias aos agricultores. Juntas estas empresas propiciam a sustentação e o crescimento da agricultura e do agronegócio (De Carli, 2005).

A Embrapa tem como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. Dentre as diversas estratégias que adota para atingir sua missão, destaca-se a geração de novas cultivares, adaptadas às condições edafoclimáticas nacionais.

Estas novas cultivares disponibilizadas pela Embrapa podem ser divididas em dois grupos: de interesse social e de interesse comercial. Em ambos os casos, a propriedade intelectual tem extrema importância. Para as cultivares de interesse social a proteção garante o reconhecimento da autoria de pesquisa à empresa e aos seus pesquisadores. E ainda, segundo a LPC, o fato de uma cultivar ser protegida não faz com que esta deva ser licenciada, obrigatoriamente, mediante cobrança de *royalties*. No caso das cultivares de interesse comercial, a proteção intelectual ainda oportuniza a criação de parcerias público-privadas. Desta forma, os resultados obtidos pela Embrapa são positivos não só para a empresa e os seus parceiros, mas para todo o País (Brasil, 2011b).

Sendo assim, não é exagero dizer que sem a Embrapa o Brasil não teria se transformado numa potência agrícola. A Embrapa segue relevante e admirada pela inovação técnica. Isso, no entanto, há algum tempo, passou a coexistir com um certo imobilismo na área comercial. Ao longo da última década, a Embrapa perdeu terreno para concorrentes internacionais. Tal fato, junto à necessidade de reforçar o orçamento, faz agora a estatal voltar as baterias para a frente de negócios. No entanto, para não fugir de sua missão, a idéia é que a

agressividade comercial também levará novas pesquisas a um número maior de agricultores (Cruz, 2012).

O plano que a Embrapa está elaborando mira seu fortalecimento como fornecedora de tecnologias para o campo. Para isso, foi criada uma nova secretaria, a de Negócios, entregue a Filipe Teixeira, especialista em propriedade intelectual. A nova unidade tem a função de identificar nichos a serem explorados e potenciais parceiros privados para as empreitadas no mercado. A Embrapa quer elevar a receita com os *royalties* cobrados pela licença de uso de tecnologia patenteadas por ela. “Não deixaremos de ser uma empresa pública, nem vamos viver de *royalties*, mas é preciso lembrar que eles são uma importante fonte de recursos”, diz Pedro Arraes, presidente da Embrapa (Cruz, 2012).

É importante observar tais fatos, uma vez que, foi a aprovação da Lei de Proteção de Cultivares que abriu esta oportunidade de renovação entre as parcerias público-privadas.

Desta forma, a LPC tem como objetivo aumentar os investimentos em pesquisa agrícola no Brasil. Ela garante um retorno financeiro dos investimentos, tanto pelas empresas nacionais quanto multinacionais, estimulando o setor de pesquisas e aumentando a capacidade de geração de cultivares (Porto, 1997).

Para os produtores e para o agronegócio, a vantagem é que, com o estímulo à pesquisa, o mercado será aquecido com a oferta de sementes melhoradas, que possibilitarão ganhos na produtividade e, consequentemente, na renda agrícola.

E, com a regulamentação da lei, o pesquisador, cientista ou empresa que trabalhar com o melhoramento de plantas, criando novas variedades, receberá *royalties* sobre o que for comercializado ou multiplicado a partir de sua pesquisa (Porto, 1997).

Vale apenas ressaltar que a lei não fala, em momento algum, em valores de *royalties*. Deixando livre a negociação entre obtentor e licenciado, devendo o próprio mercado regular este valor por meio de um ambiente de concorrência entre empresas do setor (De Carli, 2005), mas o valor de cobrança de *royalties* praticado normalmente é de 3% a 5% sobre o que for comercializado, valor este que acarreta em um baixo impacto sobre o custo da semente ou da muda (Porto, 1997).

## **9. A Visão de um Fiscal Federal Agropecuário Sobre a LPC e Suas Consequências**

As influências da criação de uma Lei de Proteção de Cultivares sobre o agronegócio brasileiro são notáveis, mas a visão de quem tem seu trabalho norteador por ela é única, podendo ser distinta de acordo com suas experiências e sua área de atuação. Estudar a Lei nos permite compreender e buscar cada vez mais informações, além de analisá-la sobre os mais diferentes aspectos. No entanto, é na prática que se pode ter uma noção mais realista do assunto. Pensando assim, foi feito um convite ao Engenheiro Agrônomo Adi Mário Zanuzo para que o mesmo relatasse seu ponto de vista no que diz respeito à situação da agricultura de nosso país, desde 25 de abril de 1997, quando foi instituída a Lei, até os dias atuais. Este relato segue abaixo.

“Trabalhando no Ministério da Agricultura como Engenheiro Agrônomo e Fiscal Federal Agropecuário desde janeiro de 1983, sempre acompanhando o setor através da fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas pode-se tecer alguns comentários de vivência prática sobre a evolução do setor sementeiro, uma das alavancas do reconhecimento do agronegócio brasileiro.

Considerava-se até o começo dos anos 90 que os recursos genéticos eram patrimônio da humanidade, sem restrições de intercâmbio através de um compromisso internacional não vinculante. Em 1992 entrou em vigor a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que estabeleceu a nacionalidade dos recursos genéticos e seu acesso, conforme as leis de cada país.

Por isso até esta época a pesquisa em novas cultivares era quase que essencialmente pública, com financiamento público nas espécies autógamas, pois o retorno era mais considerado sobre o aspecto econômico-social. Nas alógamas, por proteção natural dos híbridos, havia uma boa participação do setor privado.

Sem leis para garantir retorno financeiro do setor privado e o estado falhando na alocação de recursos e infraestrutura, os investimentos em melhoramento genético ficaram aquém do ideal, embora as empresas públicas tenham feito excelente trabalho.

Produzir novas cultivares é um processo complexo, no qual interagem elementos dos setores público e privado, desde a coleta, “variabilização” genética das fontes, conservação deste germoplasma, muito conhecimento e demanda de tempo. Trabalho de cruzamentos, observações, estatísticas, descartes, seleções sucessivas, fixação de caracteres

desejados. Se de tudo isso origina uma cultivar viável, o melhorista deve manter sempre, sob seu domínio, um estoque sempre purificado desta cultivar, a semente genética. A partir daí existe todo um processo de hierarquização e uma burocracia a ser observados para que esta cultivar se mantenha homogênea e estável, em gerações de multiplicação sucessivas, até chegar ao produtor em quantidade e qualidade suficiente para a produção agrícola.

Pelos acordos internacionais o Brasil viu-se obrigado a elaborar sua legislação de proteção de Cultivares (1997) complementada com a Lei de Sementes (2003) com um viés na Biossegurança e, a partir daí começou uma nova visão sobre todo o processo de produção agrícola, sendo o mesmo encarado de uma forma mais independente dando uma nova estruturação ao agronegócio brasileiro, delimitando os espaços de cada segmento.

Como o objetivo do setor público é fazer cumprir a ordem jurídica estabelecida na legislação, protegendo os direitos tanto de quem investe em pesquisa e desenvolvimento como dos usuários do sistema, supervisionamos e fiscalizamos com poder de polícia o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, estabelecido agora pela Lei 10.711/03 (Lei de Sementes), que insere nela toda a aplicação prática da Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9456/97).

Após quase quinze anos de vigência da LPC, e nove anos da Lei de Sementes, pode-se constatar algumas alterações significativas que, a meu ver, impactaram e ainda muito impactam sobre o setor. Dentre estas alterações cito:

- Um cuidado e sigilo maior observado nos trabalhos de pesquisa e nas trocas de material genético, que são feitos via maior formalização, resguardando os direitos de quem os detém;
- O patenteamento de genes e seus processos de obtenção e introdução nos vegetais, ou processos de mutagênese.
- Contratos rígidos do detentor da cultivar com os multiplicadores do material de propagação;
- Seleção rigorosa dos multiplicadores de material de propagação eliminando os que de alguma forma subverteram o sistema;
- Participação efetiva da União na aplicação da legislação no tocante a produção de material de propagação, uniformizando procedimentos desde o licenciamento, plantio, beneficiamento, padronização e uso, ficando as unidades federativas apenas no comércio.
- Eliminação, através de pesadas multas que a legislação de sementes impôs aos infratores que produziram sementes de forma clandestina, sem a autorização das detentoras dos direitos das cultivares;



- Grande oferta de cultivares, de diferentes empresas, de iguais ou diferentes ciclos e qualidades fisiológicas, exigindo um conhecimento técnico mais apurado das condições edafoclimáticas, econômicas e socioculturais para a escolha adequada da melhor cultivar que otimize estas variáveis para aquela época e local;
- As pequenas empresas multiplicadoras de sementes, na sua maioria, passaram a ser integradas das maiores, pois algumas detentoras dos direitos de cultivares preferem trabalhar com poucos, porém maiores produtores, passando os menores sendo meros prestadores de serviço de produção e beneficiamento;
- Maior acompanhamento técnico do processo de multiplicação em todas as gerações de semente da Classe Certificada (categorias Básica, C1 e C2) e não Certificadas (categorias S1 e S2) pelos responsáveis técnicos dos produtores, certificadores e também das detentoras dos direitos;
- Verticalização do sistema: algumas detentoras utilizam das empresas multiplicadoras apenas para produzir para elas, colocando a sua marca e remunerando apenas pelo serviço prestado pela multiplicação, voltando a produção para a mesma controlando a oferta e preço;
- Direito quase absoluto dos detentores dos direitos da cultivar, podendo os mesmos autorizar quem quiser, sob as condições negociadas porém com maior barganha para quem tem um bom material, impondo a classe, a categoria, a área e a quantidade de semente que pode ser produzida por aquele produtor e algumas vezes até de quem a semente deve ser adquirida;
- Há uma clara tendência das grandes corporações ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento de cultivares incorporarem tecnologias na cultivar que agregue seus outros produtos formando um pacote tecnológico fechado, através da mutação genética ou transgenia.
- A Lei de Sementes veio dar cobertura a LPC, pois no processo de homologação dos campos de multiplicação, para semente de cultivar protegida, deve estar presente a autorização da detentora dos direitos da cultivar, ou seja, aplicando a Lei de Sementes, automaticamente está se cumprindo a LPC;
- O MAPA tem atuado, de forma a inibir toda a produção e uso do material de propagação de forma ilícita, com autuações que chegam até 250% do valor do material. Além disso, a justiça tem dado ganho de causa às detentoras dos direitos em caso de multiplicação ou uso indevido do material de propagação, penalizando mais ainda o infrator.
- Nas grandes culturas há um predomínio gigantesco das empresas transnacionais em detrimento das nacionais, muitas delas adquiridas pelas primeiras, superando as empresas

públicas de melhoramento no registro de novas cultivares. Estas, porém, se destacam e são as que mantêm o foco nas culturas de interesse na segurança alimentar do país.

- O artigo 10 da LPC, que permite o uso da semente “salva” (grão produzido reservado como semente) deveria ser restrito ao pequeno produtor. Para este não é necessário apresentar uma comunicação ao MAPA desta reserva. Essa anomalia, que foi regulamentada na Lei de Sementes, permite ao grande produtor ter estrutura para produzir e beneficiar a própria “semente” sem a contrapartida do pagamento pela tecnologia da cultivar, bastando fazer uma comunicação ao MAPA, dando a origem, a área reservada e a plantar na próxima safra, para cumprir o que a legislação determina. Este uso só não está mais acentuado, no caso da soja, pois a maioria das cultivares produzidas no país tem a incorporação do gene “RR” que é patenteado e a empresa que detém a patente cobra os *royalties* no produto final, que fica com valor maior do que o incorporado na semente com o valor dos *royalties* de proteção e patente.
- Na reserva da semente para uso próprio há uma clara vantagem para o grande produtor, pois o mesmo normalmente tem estrutura para beneficiar e armazenar a semente. Já o produtor mais modesto tem dificuldade de utilizar este mecanismo, pois a semente reservada não pode sair da propriedade para “beneficiamento” fora dela.
- Como não há restrição quanto à utilização do material de multiplicação de espécies ornamentais, frutíferas ou florestais para uso próprio, alguns obtentores não tenham muito interesse em proteger e disponibilizar seus materiais no país, pois é possível formar um pomar inteiro ou multiplicar plantas desses grupos a partir de uma única matriz. Isto está restringindo o acesso e disponibilidade de cultivares modernas existentes em outros países, pelo receio à pirataria, que seria difícil de coibir, já que não se pode cobrar *royalties* sobre o produto final.
- No âmbito do agronegócio nota-se que, com as restrições destas leis (sementes, proteção de cultivares e biossegurança), houve uma evolução da profissionalização do setor de maneira geral. Os produtores aceitam pagar um adicional pela tecnologia, desde que obtenha vantagens com seu uso. As empresas de Pesquisa e Desenvolvimento sentem-se incentivadas a investir cada vez mais no mercado, pois uma cultivar, geralmente tem vida mais curta que os 15 anos de proteção, sendo quase sempre superada neste intervalo. Para que uma cultivar se “firme” no meio produtivo e adquira a confiança do produtor, decorrem aproximadamente quatro ou cinco anos e, normalmente, ela é restrita a uma região delimitada. Percebe-se ainda que a qualidade do material de propagação melhorou muito.
- Nota-se uma evolução na produtividade nas propriedades tecnificadas, embora na média nacional estes índices sejam mais modestos devido à influência climática, que sempre afeta

alguma região. No entanto, a cada ano a produção aumenta proporcionalmente mais que a área plantada e a qualidade da semente é fator básico nesta ascensão”.

## **10. Considerações Finais**

Antes do início da confecção deste documento realizei estágio não-obrigatório na Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina, no Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas, Coordenação de Sementes e Mudas, por um ano. Neste mesmo período cursei na universidade a disciplina de Melhoramento Genético Vegetal, na qual foi apresentada uma breve explicação sobre as diferenças entre a Lei de Proteção de Cultivares e a Lei de Patentes. Por tratar-se de um tema extremamente interessante e relevante do ponto de vista agrônomo e, por encontrar-me dentro da “fonte”, do local que apresenta maiores informações sobre a proteção de cultivares: o Ministério da Agricultura, despertou em mim o interesse em estudar este assunto com maior profundidade. Continuei meu estágio na Coordenação de Sementes e Mudas, mas desta vez no formato de um Estágio de Conclusão de Curso, durante o qual tive a oportunidade de dedicar-me inteiramente ao tema de meu interesse e reunir material de pesquisa, sempre contando com o auxílio de meu supervisor, bem como de outros funcionários do MAPA, sempre dispostos a dividir seu conhecimento.

Desta forma, busquei construir um documento que aproxime os conceitos que compõem a proteção de cultivares da população, principalmente daqueles que participam do agronegócio. Que seja objeto esclarecedor nas mãos de quem o lê. E que reflita a proteção de cultivares em sua forma geral, como instrumento de desenvolvimento que é, e não simplesmente como uma ferramenta utilizada pelas multinacionais para obter lucros.

A propriedade intelectual nas diferentes modalidades aplicáveis ao agronegócio, dentre as quais se encontra a proteção de cultivares, atua como importante mecanismo de desenvolvimento tecnológico, de estímulo continuado à inovação e à expansão do setor agrícola. Através dela podem ser disponibilizadas alternativas de produção e soluções tecnológicas aos agricultores e empresas, melhorando a oferta de produtos aos consumidores pelo aumento da competitividade no país e no contexto internacional. Além disso, de acordo

com Brasil (2009), a propriedade intelectual é uma garantia de apropriação das criações intelectuais e dos signos distintivos que integram o patrimônio das pessoas, como ativos intangíveis, sendo um regime disciplinador de conduta no mercado, visando à concorrência leal entre os agentes econômicos.

Diante disto cabe observar que não é por acaso que as pessoas parecem ser mais inventivas nos Estados Unidos ou na Europa e Japão. Não é uma questão genética, de escolaridade, inteligência ou destino. A implementação de um sistema de propriedade intelectual é de importância vital devido ao modo de pensar da população (Sherwood, 1992), que necessita saber que haverá uma gratificação por seus esforços.

Assim, a proteção efetiva à propriedade intelectual ajuda a levar um país em desenvolvimento, como o Brasil, em duas direções. Uma é no sentido da participação nas redes globais de tecnologia acima descritas. A outra é no sentido do estímulo à criatividade humana, dentro da economia nacional. O primeiro passo a ser dado para usufruir desses benefícios é pensar na proteção à propriedade intelectual como uma parte vital da infraestrutura do país. A proteção à propriedade é um instrumento barato, mas poderoso, que está à disposição de qualquer país que deseje gozar de seus benefícios (Sherwood, 1992).

A segurança do reconhecimento da propriedade intelectual sobre cultivares, então, incentiva o segmento de pesquisa a canalizar investimentos em melhoramento vegetal. Como consequência disso, os agricultores passam a contar com cultivares mais competitivas e mais adequadas às suas necessidades, incrementando os cultivos e impulsionando o agronegócio (Brasil, 2009).

Para tal, a situação atual da Proteção de Cultivares no Brasil é considerada satisfatória. Sua criação se deu há menos de 15 anos e desde então se observa significativo avanço do agronegócio brasileiro, que incorpora um volume cada vez maior de inovações (como as novas cultivares melhoradas) em seu ciclo produtivo. Refletindo na produtividade, crescente a cada ano, apesar da redução da área cultivada. No entanto, existem “brechas” na Lei que devem ser corrigidas a fim de conquistar um aumento ainda maior da produção agrícola, elevar a segurança do empreendedor incentivando a inovação e garantindo a sustentabilidade da pesquisa vegetal, além de atrair o interesse de empresas privadas estrangeiras e nacionais para a pesquisa de melhoramento genético. Como exemplo, tem-se o caso do “Uso Próprio”, do Art. 10 da LPC, que determina que “não fere o direito de propriedade sobre a cultivar protegida aquele que reserva e planta sementes para uso próprio, em seu estabelecimento ou em estabelecimento de terceiros cuja posse detenha”. Neste caso, a

LPC não limita o volume de sementes que pode ser reservado, incentivando o uso indiscriminado deste material e colocando em risco a pesquisa em melhoramento vegetal. O correto seria estabelecer um volume máximo de sementes a ser guardado, de acordo com o tamanho da área e o nível tecnológico e econômico do agricultor.

Então a Lei de Proteção de Cultivares, apesar de precisar de alterações pontuais em seu escopo, proporcionou inúmeras vantagens ao agronegócio brasileiro, sob diferentes aspectos. A possibilidade de realizar cobrança de *royalties* sobre as novas cultivares desenvolvidas, constituiu em um forte incentivo à entrada da iniciativa privada no ramo de pesquisa vegetal, alterando os antigos arranjos da economia e, dando lugar a parcerias entre o setor público e o privado. Além desta, outra importante vantagem foi o fator confiança, que aumentou o interesse de multinacionais no Brasil. A possibilidade de proteção ainda faz com que a inventividade humana seja valorizada, ao se tornar objeto de reconhecimento, com retorno financeiro garantido por lei. Isto se transforma em estímulo ao setor de pesquisas, culminando no desenvolvimento de novas cultivares, melhor adaptadas às condições locais e, com isso, ganhos socioeconômicos e ambientais inestimáveis.

Entende-se, por fim, que a criatividade humana é o grande recurso natural de qualquer país. Como o ouro nas montanhas, permanecerá enterrado sem estímulo à extração. A proteção à propriedade intelectual é a ferramenta que traz à tona aquele recurso (Sherwood, 1992).

## 10. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. **A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese**. Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 44 num. 1. Brasília Jan./Junho 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292001000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292001000100008&script=sci_arttext).

Acesso em 08 de setembro de 2012.

BEVILAQUA, A.P. **Sementes crioulas: em busca do reconhecimento dos direitos dos agricultores guardiões**. 2012. Artigo em Hypertexto. Disponível em: [http://www.infobibos.com/Artigos/2012\\_1/SementesCrioulas/index.htm](http://www.infobibos.com/Artigos/2012_1/SementesCrioulas/index.htm). Acesso em 6 de outubro de 2012

BASSO, M. **O Direito Internacional da Propriedade Intelectual**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Promulgo a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada do Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT [Anexo 1C: Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio]. **Diário Oficial da União**, 31 dez. 1994

BRASIL. Decreto nº 2.366, de 5 de novembro 1997. Regulamenta a Lei nº 9.456, de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 6 nov. 1997, retificado em 7 nov. 1997.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 28, de 19 de abril de 1999. Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, de 2 de dezembro de 1961, revista em Genebra, em 10 de novembro de 1972 e 23 de outubro de 1978. **Diário Oficial da União**, 19 abr. 1999.

BRASIL. Decreto nº 3.109, de 30 de junho de 1999. Promulga a Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais de 1961, revista em Genebra em 1972 e 1978. **Diário Oficial da União**, 1 jul. 1999.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.366, de 5 de novembro de 1997. Regulamenta a lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Proteção de Cultivares, dispõe sobre o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares – SNPC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 6 nov. 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004. Aprova o Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas – SNSM, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 23 jul. 2004.

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 05 de junho de 1992. Brasília, 16 de março de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 maio. 1996, ano CXXXIV, N, 93. Seção 1, p. 8353-8366.

BRASIL. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 8 abr. 1997.

BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 5 de agosto de 2003

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2 de dezembro de 2004

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de Propriedade Intelectual & Inovação no Agronegócio. **Introdução à Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio**. 2. Ed. Brasília: MAPA; Florianópolis: EaD/UFSC, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Guia de Inspeção de campos para produção de sementes**. 3. Ed. Revisada e atualizada. Brasília: MAPA/ ACS, 2011a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Proteção de Cultivares no Brasil**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: MAPA/ACS, 2011b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Curso/Apostila Proteção de Cultivares**. Universidade Federal de Viçosa.

CARVALHO, S. M. P. **Proteção de Cultivares e Apropriabilidade Econômica no Mercado de Sementes no Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.3, p.363-409, 1997. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8978>>. Acesso em 23 de setembro de 2012.

CARVALHO, S. M. P. **Propriedade Intelectual na Agricultura**. Campinas, São Paulo, 2003.

CRUZ, P. **Inspiração Capitalista**. Revista Exame. Ed. 1024, ano 46, n.18. Setembro de 2012. 210 p.

DE CARLI, C.R. **Embrapa: precursora da Parceria Público-Privada no Brasil**. Dissertação de Mestrado- Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2005.

DEIRO, D. G. MALLMANN, M. I. **O GATT e a Organização Mundial do Comércio no cenário econômico internacional desde Bretton-Woods**. Núcleo de Estudos sobre Relações e Organizações Internacionais – NEROI, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do



Sul, [199-?]. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/ffch/neroi/artigodaniel.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2012.

GARCIA, S. B. F. **Reflexos da Globalização Sobre a Lei de Proteção de Cultivares no Brasil**. Juris Doctor: Revista Jurídica On-line. Ano 1, num. 1. [200-?]. Disponível em: <<http://www.jurisdoctor.adv.br/revista/rev-01/art04-01.htm>>. Acesso em 07 de outubro de 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em 23 de outubro de 2012.

INTERNATIONAL UNION FOR THE PROTECTION OF NEW VARIETIES OF PLANTS (UPOV). Disponível em: <<http://www.upov.int>>. Acesso em 29 de agosto de 2012.

LONDRES, F. **A Nova Legislação de Sementes e Mudas no Brasil e Seus Impactos sobre a Agricultura Familiar**. Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade. 2006. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/A-nova-legisla%C3%A7%C3%A3o-de-sementes-e-mudas-no-Brasil.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2012.

MACHADO, R. Z. **Proposta de Alteração da Lei de Proteção de Cultivares**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Serviço Nacional de Proteção de Cultivares. 14 de agosto de 2012. Campinas – SP. Disponível em: <[http://www.inova.unicamp.br/download/artigos/Proposta\\_de\\_Alteracao\\_da\\_Lei\\_de\\_Protecao\\_de\\_Cultivares-artigo.pdf](http://www.inova.unicamp.br/download/artigos/Proposta_de_Alteracao_da_Lei_de_Protecao_de_Cultivares-artigo.pdf)>. Acesso em 01 de novembro de 2012.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>.

\_\_\_\_\_ **Proteção de Cultivares**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/protecao-cultivares>>. Acesso em 29 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_ **Informações aos Usuários de Proteção de Cultivares**. “Carta de Serviços ao Cidadão”(nos termos do Decreto nº6.932/2009). Atualizadas em nov. 2010. Disponível em:

<[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/INFORMACOES\\_AOS\\_USUARIOS\\_SNPC\\_nov2010.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/INFORMACOES_AOS_USUARIOS_SNPC_nov2010.pdf)>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

PORTO, A. **Agricultura: a “âncora verde” do Plano Real**. Revista Biotecnologia, Ciência & Desenvolvimento. Ano 1. Núm. 2. Julho/Agosto de 1997.

SHERWOOD, R. M. **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: EdUSP, 1992.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

TAVEIRA, L. R. **Oferta de Cultivares Protegidas e Registradas no Brasil**. Universidade Brasília –UNB. Brasília – DF, 2009.

VARELLA, Marcelo Dias. **Biodiversidade: o Brasil e o quadro internacional**. 1997, vol.40, n.1, pp. 123-141.

WALTER, M. **A Importância da Semente na Agricultura**. [200-?]. Disponível em: <[www.ufsm.br/sementes/docs/importancia.doc](http://www.ufsm.br/sementes/docs/importancia.doc)>. Acesso em: 06 de outubro de 2010.

## 12. Anexos

Anexo 1- Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997.**

Regulamento

Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o direito de Proteção de Cultivares, de acordo com o estabelecido nesta Lei.

Art. 2º A proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual referente a cultivar se efetua mediante a concessão de Certificado de Proteção de Cultivar, considerado bem móvel para todos os efeitos legais e única forma de proteção de cultivares e de direito que poderá obstar a livre utilização de plantas ou de suas partes de reprodução ou de multiplicação vegetativa, no País.

Art. 3º Considera-se, para os efeitos desta Lei:

I - melhorista: a pessoa física que obtiver cultivar e estabelecer descritores que a diferenciem das demais;

II - descritor: a característica morfológica, fisiológica, bioquímica ou molecular que seja herdada geneticamente, utilizada na identificação de cultivar;

III - margem mínima: o conjunto mínimo de descritores, a critério do órgão competente, suficiente para diferenciar uma nova cultivar ou uma cultivar essencialmente derivada das demais cultivares conhecidas;

IV - cultivar: a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal superior que seja claramente distinguível de outras cultivares conhecidas por margem mínima de descritores, por sua denominação própria, que seja homogênea e estável quanto aos descritores através de gerações sucessivas e seja de espécie passível de uso pelo complexo agroflorestal, descrita em publicação especializada disponível e acessível ao público, bem como a linhagem componente de híbridos;

V - nova cultivar: a cultivar que não tenha sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e que, observado o prazo de comercialização no Brasil, não tenha sido oferecida à venda em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de seis anos para espécies de árvores e videiras e há mais de quatro anos para as demais espécies;

VI - cultivar distinta: a cultivar que se distingue claramente de qualquer outra cuja existência na data do pedido de proteção seja reconhecida;

VII - cultivar homogênea: a cultivar que, utilizada em plantio, em escala comercial, apresente variabilidade mínima quanto aos descritores que a identifiquem, segundo critérios estabelecidos pelo órgão competente;

VIII - cultivar estável: a cultivar que, reproduzida em escala comercial, mantenha a sua homogeneidade através de gerações sucessivas;

IX - cultivar essencialmente derivada: a essencialmente derivada de outra cultivar se, cumulativamente, for:

a) predominantemente derivada da cultivar inicial ou de outra cultivar essencialmente derivada, sem perder a expressão das características essenciais que resultem do genótipo ou da combinação de genótipos da cultivar da qual derivou, exceto no que diz respeito às diferenças resultantes da derivação;

b) claramente distinta da cultivar da qual derivou, por margem mínima de descritores, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão competente;

c) não tenha sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e que, observado o prazo de comercialização no Brasil, não tenha sido oferecida à venda em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de seis anos para espécies de árvores e videiras e há mais de quatro anos para as demais espécies;

X - linhagens: os materiais genéticos homogêneos, obtidos por algum processo autogâmico continuado;

XI - híbrido: o produto imediato do cruzamento entre linhagens geneticamente diferentes;

XII - teste de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE): o procedimento técnico de comprovação de que a nova cultivar ou a cultivar essencialmente derivada são distinguíveis de outra cujos descritores sejam conhecidos, homogêneas quanto às suas características em cada ciclo reprodutivo e estáveis quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas;

XIII - amostra viva: a fornecida pelo requerente do direito de proteção que, se utilizada na propagação da cultivar, confirme os descritores apresentados;

XIV - semente: toda e qualquer estrutura vegetal utilizada na propagação de uma cultivar;

XV - propagação: a reprodução e a multiplicação de uma cultivar, ou a concomitância dessas ações;

XVI - material propagativo: toda e qualquer parte da planta ou estrutura vegetal utilizada na sua reprodução e multiplicação;

XVII - planta inteira: a planta com todas as suas partes passíveis de serem utilizadas na propagação de uma cultivar;

XVIII - complexo agroflorestal: o conjunto de atividades relativas ao cultivo de gêneros e espécies vegetais visando, entre outras, à alimentação humana ou animal, à produção de combustíveis, óleos, corantes, fibras e demais insumos para fins industrial, medicinal, florestal e ornamental.

## TÍTULO II

### DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

## CAPÍTULO I

### DA PROTEÇÃO

#### Seção I

##### Da Cultivar Passível de Proteção

Art. 4º É passível de proteção a nova cultivar ou a cultivar essencialmente derivada, de qualquer gênero ou espécie vegetal.

§ 1º São também passíveis de proteção as cultivares não enquadráveis no disposto no *caput* e que já tenham sido oferecidas à venda até a data do pedido, obedecidas as seguintes condições cumulativas:

I - que o pedido de proteção seja apresentado até doze meses após cumprido o disposto no § 2º deste artigo, para cada espécie ou cultivar;

II - que a primeira comercialização da cultivar haja ocorrido há, no máximo, dez anos da data do pedido de proteção;

III - a proteção produzirá efeitos tão somente para fins de utilização da cultivar para obtenção de cultivares essencialmente derivadas;

IV - a proteção será concedida pelo período remanescente aos prazos previstos no art. 11, considerada, para tanto, a data da primeira comercialização.

§ 2º Cabe ao órgão responsável pela proteção de cultivares divulgar, progressivamente, as espécies vegetais e respectivos descritores mínimos necessários à abertura de pedidos de proteção, bem como as respectivas datas-limite para efeito do inciso I do parágrafo anterior.

§ 3º A divulgação de que trata o parágrafo anterior obedecerá a uma escala de espécies, observado o seguinte cronograma, expresso em total cumulativo de espécies protegidas:

I - na data de entrada em vigor da regulamentação desta Lei: pelo menos 5 espécies;

II - após 3 anos: pelo menos 10 espécies;

III - após 6 anos: pelo menos 18 espécies;

IV - após 8 anos: pelo menos 24 espécies.

#### Seção II

##### Dos Obtentores

Art. 5º À pessoa física ou jurídica que obtiver nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada no País será assegurada a proteção que lhe garanta o direito de propriedade nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 1º A proteção poderá ser requerida por pessoa física ou jurídica que tiver obtido cultivar, por seus herdeiros ou sucessores ou por eventuais cessionários mediante apresentação de documento hábil.

§ 2º Quando o processo de obtenção for realizado por duas ou mais pessoas, em cooperação, a proteção poderá ser requerida em conjunto ou isoladamente, mediante nomeação e qualificação de cada uma, para garantia dos respectivos direitos.

§ 3º Quando se tratar de obtenção decorrente de contrato de trabalho, prestação de serviços ou outra atividade laboral, o pedido de proteção deverá indicar o nome de todos os melhoristas que, nas condições de empregados ou de prestadores de serviço, obtiveram a nova cultivar ou a cultivar essencialmente derivada.

Art. 6º Aplica-se, também, o disposto nesta Lei:

I - aos pedidos de proteção de cultivar proveniente do exterior e depositados no País por quem tenha proteção assegurada por Tratado em vigor no Brasil;

II - aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade de direitos iguais ou equivalentes.

Art. 7º Os dispositivos dos Tratados em vigor no Brasil são aplicáveis, em igualdade de condições, às pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou domiciliadas no País.

### Seção III

#### Do Direito de Proteção

Art. 8º A proteção da cultivar recairá sobre o material de reprodução ou de multiplicação vegetativa da planta inteira.

Art. 9º A proteção assegura a seu titular o direito à reprodução comercial no território brasileiro, ficando vedados a terceiros, durante o prazo de proteção, a produção com fins comerciais, o oferecimento à venda ou a comercialização, do material de propagação da cultivar, sem sua autorização.

Art. 10. Não fere o direito de propriedade sobre a cultivar protegida aquele que:

I - reserva e planta sementes para uso próprio, em seu estabelecimento ou em estabelecimento de terceiros cuja posse detenha;

II - usa ou vende como alimento ou matéria-prima o produto obtido do seu plantio, exceto para fins reprodutivos;

III - utiliza a cultivar como fonte de variação no melhoramento genético ou na pesquisa científica;

IV - sendo pequeno produtor rural, multiplica sementes, para doação ou troca, exclusivamente para outros pequenos produtores rurais, no âmbito de programas de financiamento ou de apoio a pequenos produtores rurais, conduzidos por órgãos públicos ou organizações não-governamentais, autorizados pelo Poder Público.

§ 1º Não se aplicam as disposições do *caput* especificamente para a cultura da cana-de-açúcar, hipótese em que serão observadas as seguintes disposições adicionais, relativamente ao direito de propriedade sobre a cultivar:

I - para multiplicar material vegetativo, mesmo que para uso próprio, o produtor obrigar-se-á a obter a autorização do titular do direito sobre a cultivar;

II - quando, para a concessão de autorização, for exigido pagamento, não poderá este ferir o equilíbrio econômico-financeiro da lavoura desenvolvida pelo produtor;

III - somente se aplica o disposto no inciso I às lavouras conduzidas por produtores que detenham a posse ou o domínio de propriedades rurais com área equivalente a, no mínimo, quatro módulos fiscais, calculados de acordo com o estabelecido na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, quando destinadas à produção para fins de processamento industrial;

IV - as disposições deste parágrafo não se aplicam aos produtores que, comprovadamente, tenham iniciado, antes da data de promulgação desta Lei, processo de multiplicação, para uso próprio, de cultivar que venha a ser protegida.

§ 2º Para os efeitos do inciso III do *caput*, sempre que:

I - for indispensável a utilização repetida da cultivar protegida para produção comercial de outra cultivar ou de híbrido, fica o titular da segunda obrigado a obter a autorização do titular do direito de proteção da primeira;

II - uma cultivar venha a ser caracterizada como essencialmente derivada de uma cultivar protegida, sua exploração comercial estará condicionada à autorização do titular da proteção desta mesma cultivar protegida.

§ 3º Considera-se pequeno produtor rural, para fins do disposto no inciso IV do *caput*, aquele que, simultaneamente, atenda os seguintes requisitos:

I - explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;

II - mantenha até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir;

III - não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - tenha, no mínimo, oitenta por cento de sua renda bruta anual proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; e

V - resida na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximo.

#### Seção IV

##### Da Duração da Proteção

Art. 11. A proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de quinze anos, excetuadas as videiras, as árvores frutíferas, as árvores florestais e as árvores ornamentais, inclusive, em cada caso, o seu porta-enxerto, para as quais a duração será de dezoito anos.

Art. 12. Decorrido o prazo de vigência do direito de proteção, a cultivar cairá em domínio público e nenhum outro direito poderá obstar sua livre utilização.

#### Seção V

##### Do Pedido de Proteção

Art. 13. O pedido de proteção será formalizado mediante requerimento assinado pela pessoa física ou jurídica que obtiver cultivar, ou por seu procurador, e protocolado no órgão competente.

Parágrafo único. A proteção, no território nacional, de cultivar obtida por pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, nos termos dos incisos I e II do art. 6º, deverá ser solicitada diretamente por seu procurador, com domicílio no Brasil, nos termos do art. 50 desta Lei.

Art. 14. Além do requerimento, o pedido de proteção, que só poderá se referir a uma única cultivar, conterá:

I - a espécie botânica;

II - o nome da cultivar;

III - a origem genética;

IV - relatório descritivo mediante preenchimento de todos os descritores exigidos;

V - declaração garantindo a existência de amostra viva à disposição do órgão competente e sua localização para eventual exame;

VI - o nome e o endereço do requerente e dos melhoristas;

VII - comprovação das características de DHE, para as cultivares nacionais e estrangeiras;

VIII - relatório de outros descritores indicativos de sua distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade, ou a comprovação da efetivação, pelo requerente, de ensaios com a cultivar junto com controles específicos ou designados pelo órgão competente;

IX - prova do pagamento da taxa de pedido de proteção;

X - declaração quanto à existência de comercialização da cultivar no País ou no exterior;

XI - declaração quanto à existência, em outro país, de proteção, ou de pedido de proteção, ou de qualquer requerimento de direito de prioridade, referente à cultivar cuja proteção esteja sendo requerida;

XII - extrato capaz de identificar o objeto do pedido.

§ 1º O requerimento, o preenchimento dos descritores definidos e a indicação dos novos descritores deverão satisfazer as condições estabelecidas pelo órgão competente.

§ 2º Os documentos a que se refere este artigo deverão ser apresentados em língua portuguesa.

Art. 15. Toda cultivar deverá possuir denominação que a identifique, destinada a ser sua denominação genérica, devendo para fins de proteção, obedecer aos seguintes critérios:

I - ser única, não podendo ser expressa apenas de forma numérica;

II - ter denominação diferente de cultivar preexistente;

III - não induzir a erro quanto às suas características intrínsecas ou quanto à sua procedência.

Art. 16. O pedido de proteção, em extrato capaz de identificar o objeto do pedido, será publicado, no prazo de até sessenta dias corridos, contados da sua apresentação.

Parágrafo único. Publicado o pedido de proteção, correrá o prazo de noventa dias para apresentação de eventuais impugnações, dando-se ciência ao requerente.



Art. 17. O relatório descritivo e os descritores indicativos de sua distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade não poderão ser modificados pelo requerente, exceto:

I - para retificar erros de impressão ou datilográficos;

II - se imprescindível para esclarecer ou precisar o pedido e somente até a data da publicação do mesmo;

III - se cair em exigência por não atender o disposto no § 2º do art. 18.

Art. 18. No ato de apresentação do pedido de proteção, proceder-se-á à verificação formal preliminar quanto à existência de sinonímia e, se inexistente, será protocolado, desde que devidamente instruído.

§ 1º Do protocolo de pedido de proteção de cultivar constarão hora, dia, mês, ano e número de apresentação do pedido, nome e endereço completo do interessado e de seu procurador, se houver.

§ 2º O exame, que não ficará condicionado a eventuais impugnações oferecidas, verificará se o pedido de proteção está de acordo com as prescrições legais, se está tecnicamente bem definido e se não há anterioridade, ainda que com denominação diferente.

§ 3º O pedido será indeferido se a cultivar contrariar as disposições do art. 4º.

§ 4º Se necessário, serão formuladas exigências adicionais julgadas convenientes, inclusive no que se refere à apresentação do novo relatório descritivo, sua complementação e outras informações consideradas relevantes para conclusão do exame do pedido.

§ 5º A exigência não cumprida ou não contestada no prazo de sessenta dias, contados da ciência da notificação acarretará o arquivamento do pedido, encerrando-se a instância administrativa.

§ 6º O pedido será arquivado se for considerada improcedente a contestação oferecida à exigência.

§ 7º Salvo o disposto no § 5º deste artigo, da decisão que denegar ou deferir o pedido de proteção caberá recurso no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

§ 8º Interposto o recurso, o órgão competente terá o prazo de até sessenta dias para decidir sobre o mesmo.

Art. 19. Publicado o pedido de proteção, será concedido, a título precário, Certificado Provisório de Proteção, assegurando, ao titular, o direito de exploração comercial da cultivar, nos termos desta Lei.

## Seção VI

### Da Concessão do Certificado de Proteção de Cultivar

Art. 20. O Certificado de Proteção de Cultivar será imediatamente expedido depois de decorrido o prazo para recurso ou, se este interposto, após a publicação oficial de sua decisão.

§ 1º Deferido o pedido e não havendo recurso tempestivo, na forma do § 7º do art. 18, a publicação será efetuada no prazo de até quinze dias.

§ 2º Do Certificado de Proteção de Cultivar deverão constar o número respectivo, nome e nacionalidade do titular ou, se for o caso, de seu herdeiro, sucessor ou cessionário, bem como o prazo de duração da proteção.

§ 3º Além dos dados indicados no parágrafo anterior, constarão do Certificado de Proteção de Cultivar o nome do melhorista e, se for o caso, a circunstância de que a obtenção resultou de contrato de trabalho ou de prestação de serviços ou outra atividade laboral, fato que deverá ser esclarecido no respectivo pedido de proteção.

Art. 21. A proteção concedida terá divulgação, mediante publicação oficial, no prazo de até quinze dias a partir da data de sua concessão.

Art. 22. Obtido o Certificado Provisório de Proteção ou o Certificado de Proteção de Cultivar, o titular fica obrigado a manter, durante o período de proteção, amostra viva da cultivar protegida à disposição do órgão competente, sob pena de cancelamento do respectivo Certificado se, notificado, não a apresentar no prazo de sessenta dias.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no *caput* deste artigo, quando da obtenção do Certificado Provisório de Proteção ou do Certificado de Proteção de Cultivar, o titular fica obrigado a enviar ao órgão competente duas amostras vivas da cultivar protegida, uma para manipulação e exame, outra para integrar a coleção de germoplasma.

## Seção VII

### Das Alterações no Certificado de Proteção de Cultivar

Art. 23. A titularidade da proteção de cultivar poderá ser transferida por ato *inter vivos* ou em virtude de sucessão legítima ou testamentária.

Art. 24. A transferência, por ato *inter vivos* ou sucessão legítima ou testamentária de Certificado de Proteção de Cultivar, a alteração de nome, domicílio ou sede de seu titular, as condições de licenciamento compulsório ou de uso público restrito, suspensão transitória ou cancelamento da proteção, após anotação no respectivo processo, deverão ser averbados no Certificado de Proteção.

§ 1º Sem prejuízo de outras exigências cabíveis, o documento original de transferência conterá a qualificação completa do cedente e do cessionário, bem como das testemunhas e a indicação precisa da cultivar protegida.

§ 2º Serão igualmente anotados e publicados os atos que se refiram, entre outros, à declaração de licenciamento compulsório ou de uso público restrito, suspensão transitória, extinção da proteção ou cancelamento do certificado, por decisão de autoridade administrativa ou judiciária.

§ 3º A averbação não produzirá qualquer efeito quanto à remuneração devida por terceiros ao titular, pela exploração da cultivar protegida, quando se referir a cultivar cujo direito de proteção esteja extinto ou em processo de nulidade ou cancelamento.

§ 4º A transferência só produzirá efeito em relação a terceiros, depois de publicado o ato de deferimento.

§ 5º Da denegação da anotação ou averbação caberá recurso, no prazo de sessenta dias, contados da ciência do respectivo despacho.

Art. 25. A requerimento de qualquer pessoa, com legítimo interesse, que tenha ajuizado ação judicial relativa à ineficácia dos atos referentes a pedido de proteção, de transferência de titularidade ou alteração de nome, endereço ou sede de titular, poderá o juiz ordenar a suspensão do processo de proteção, de anotação ou averbação, até decisão final.

Art. 26. O pagamento das anuidades pela proteção da cultivar, a serem definidas em regulamento, deverá ser feito a partir do exercício seguinte ao da data da concessão do Certificado de Proteção.

## Seção VIII

### Do Direito de Prioridade

Art. 27. Às pessoas físicas ou jurídicas que tiverem requerido um pedido de proteção em país que mantenha acordo com o Brasil ou em organização internacional da qual o Brasil faça parte e que produza efeito de depósito nacional, será assegurado direito de prioridade durante um prazo de até doze meses.

§ 1º Os fatos ocorridos no prazo previsto no *caput*, tais como a apresentação de outro pedido de proteção, a publicação ou a utilização da cultivar objeto do primeiro pedido de proteção, não constituem motivo de rejeição do pedido posterior e não darão origem a direito a favor de terceiros.

§ 2º O prazo previsto no *caput* será contado a partir da data de apresentação do primeiro pedido, excluído o dia de apresentação.

§ 3º Para beneficiar-se das disposições do *caput*, o requerente deverá:

I - mencionar, expressamente, no requerimento posterior de proteção, a reivindicação de prioridade do primeiro pedido;

II - apresentar, no prazo de até três meses, cópias dos documentos que instruíram o primeiro pedido, devidamente certificadas pelo órgão ou autoridade ante a qual tenham sido apresentados, assim como a prova suficiente de que a cultivar objeto dos dois pedidos é a mesma.

§ 4º As pessoas físicas ou jurídicas mencionadas no *caput* deste artigo terão um prazo de até dois anos após a expiração do prazo de prioridade para fornecer informações, documentos complementares ou amostra viva, caso sejam exigidos.

## CAPÍTULO II

### DA LICENÇA COMPULSÓRIA

Art. 28. A cultivar protegida nos termos desta Lei poderá ser objeto de licença compulsória, que assegurará:

I - a disponibilidade da cultivar no mercado, a preços razoáveis, quando a manutenção de fornecimento regular esteja sendo injustificadamente impedida pelo titular do direito de proteção sobre a cultivar;

II - a regular distribuição da cultivar e manutenção de sua qualidade;

III - remuneração razoável ao titular do direito de proteção da cultivar.

Parágrafo único. Na apuração da restrição injustificada à concorrência, a autoridade observará, no que couber, o disposto no art. 21 da [Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994](#).

Art. 29. Entende-se por licença compulsória o ato da autoridade competente que, a requerimento de legítimo interessado, autorizar a exploração da cultivar independentemente da autorização de seu titular, por prazo de três anos prorrogável por iguais períodos, sem exclusividade e mediante remuneração na forma a ser definida em regulamento.

Art. 30. O requerimento de licença compulsória conterá, dentre outros:

I - qualificação do requerente;

II - qualificação do titular do direito sobre a cultivar;

III - descrição suficiente da cultivar;

IV - os motivos do requerimento, observado o disposto no art. 28 desta Lei;

V - prova de que o requerente diligenciou, sem sucesso, junto ao titular da cultivar no sentido de obter licença voluntária;

VI - prova de que o requerente goza de capacidade financeira e técnica para explorar a cultivar.

Art. 31. O requerimento de licença será dirigido ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento e decidido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, criado pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.

§ 1º Recebido o requerimento, o Ministério intimará o titular do direito de proteção a se manifestar, querendo, no prazo de dez dias.

§ 2º Com ou sem a manifestação de que trata o parágrafo anterior, o Ministério encaminhará o processo ao CADE, com parecer técnico do órgão competente e no prazo máximo de quinze dias, recomendando ou não a concessão da licença compulsória.

§ 3º Se não houver necessidade de diligências complementares, o CADE apreciará o requerimento no prazo máximo de trinta dias.

Art. 32. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Justiça, no âmbito das respectivas atribuições, disporão de forma complementar sobre o procedimento e as condições para apreciação e concessão da licença compulsória, observadas as exigências procedimentais inerentes à ampla defesa e à proteção ao direito de propriedade instituído por esta Lei.

Art. 33. Da decisão do CADE que conceder licença requerida não caberá recurso no âmbito da Administração nem medida liminar judicial, salvo, quanto à última, ofensa ao devido processo legal.

Art. 34. Aplica-se à licença compulsória, no que couber, as disposições previstas na [Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996](#).

Art. 35. A licença compulsória somente poderá ser requerida após decorridos três anos da concessão do Certificado Provisório de Proteção, exceto na hipótese de abuso do poder econômico.

### CAPÍTULO III

#### DO USO PÚBLICO RESTRITO

Art. 36. A cultivar protegida será declarada de uso público restrito, *ex officio* pelo Ministro da Agricultura e do Abastecimento, com base em parecer técnico dos respectivos órgãos competentes, no exclusivo interesse público, para atender às necessidades da política agrícola, nos casos de emergência nacional, abuso do poder econômico, ou outras circunstâncias de extrema urgência e em casos de uso público não comercial.

Parágrafo único Considera-se de uso público restrito a cultivar que, por ato do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, puder ser explorada diretamente pela União Federal ou por terceiros por ela designados, sem exclusividade, sem autorização de seu titular, pelo prazo de três anos, prorrogável por iguais períodos, desde que notificado e remunerado o titular na forma a ser definida em regulamento.

### CAPÍTULO IV

## DAS SANÇÕES

Art. 37. Aquele que vender, oferecer à venda, reproduzir, importar, exportar, bem como embalar ou armazenar para esses fins, ou ceder a qualquer título, material de propagação de cultivar protegida, com denominação correta ou com outra, sem autorização do titular, fica obrigado a indenizá-lo, em valores a serem determinados em regulamento, além de ter o material apreendido, assim como pagará multa equivalente a vinte por cento do valor comercial do material apreendido, incorrendo, ainda, em crime de violação dos direitos do melhorista, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

§ 1º Havendo reincidência quanto ao mesmo ou outro material, será duplicado o percentual da multa em relação à aplicada na última punição, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 2º O órgão competente destinará gratuitamente o material apreendido - se de adequada qualidade - para distribuição, como semente para plantio, a agricultores assentados em programas de Reforma Agrária ou em áreas onde se desenvolvam programas públicos de apoio à agricultura familiar, vedada sua comercialização.

§ 3º O disposto no *caput* e no § 1º deste artigo não se aplica aos casos previstos no art. 10.

## CAPÍTULO V

### Da Obtenção Ocorrida na Vigência do Contrato de Trabalho ou de Prestação de Serviços ou Outra Atividade Laboral

Art. 38. Pertencerão exclusivamente ao empregador ou ao tomador dos serviços os direitos sobre as novas cultivares, bem como as cultivares essencialmente derivadas, desenvolvidas ou obtidas pelo empregado ou prestador de serviços durante a vigência do Contrato de Trabalho ou de Prestação de Serviços ou outra atividade laboral, resultantes de cumprimento de dever funcional ou de execução de contrato, cujo objeto seja a atividade de pesquisa no Brasil, devendo constar obrigatoriamente do pedido e do Certificado de Proteção o nome do melhorista.

§ 1º Salvo expressa disposição contratual em contrário, a contraprestação do empregado ou do prestador de serviço ou outra atividade laboral, na hipótese prevista neste artigo, será limitada ao salário ou remuneração ajustada.

§ 2º Salvo convenção em contrário, será considerada obtida durante a vigência do Contrato de Trabalho ou de Prestação de Serviços ou outra atividade laboral, a nova cultivar ou a cultivar essencialmente derivada, cujo Certificado de Proteção seja requerido pelo empregado ou prestador de serviços até trinta e seis meses após a extinção do respectivo contrato.

Art. 39. Pertencerão a ambas as partes, salvo expressa estipulação em contrário, as novas cultivares, bem como as cultivares essencialmente derivadas, obtidas pelo empregado ou prestador de serviços ou outra atividade laboral, não compreendidas no disposto no art. 38, quando decorrentes de contribuição pessoal e mediante a utilização de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador ou do tomador dos serviços.

§ 1º Para os fins deste artigo, fica assegurado ao empregador ou tomador dos serviços ou outra atividade laboral, o direito exclusivo de exploração da nova cultivar ou da cultivar essencialmente derivada e garantida ao empregado ou prestador de serviços ou outra atividade laboral a remuneração que for acordada entre as partes, sem prejuízo do pagamento do salário ou da remuneração ajustada.

§ 2º Sendo mais de um empregado ou prestador de serviços ou outra atividade laboral, a parte que lhes couber será dividida igualmente entre todos, salvo ajuste em contrário.

## CAPÍTULO VI

### Da Extinção do Direito de Proteção

Art. 40. A proteção da cultivar extingue-se:

- I - pela expiração do prazo de proteção estabelecido nesta Lei;
- II - pela renúncia do respectivo titular ou de seus sucessores;
- III - pelo cancelamento do Certificado de Proteção nos termos do art. 42.

Parágrafo único. A renúncia à proteção somente será admitida se não prejudicar direitos de terceiros.

Art. 41. Extinta a proteção, seu objeto cai em domínio público.

Art. 42. O Certificado de Proteção será cancelado administrativamente *ex officio* ou a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, em qualquer das seguintes hipóteses:

- I - pela perda de homogeneidade ou estabilidade;
- II - na ausência de pagamento da respectiva anuidade;
- III - quando não forem cumpridas as exigências do art. 50;
- IV - pela não apresentação da amostra viva, conforme estabelece o art. 22;
- V - pela comprovação de que a cultivar tenha causado, após a sua comercialização, impacto desfavorável ao meio ambiente ou à saúde humana.

§ 1º O titular será notificado da abertura do processo de cancelamento, sendo-lhe assegurado o prazo de sessenta dias para contestação, a contar da data da notificação.

§ 2º Da decisão que conceder ou denegar o cancelamento, caberá recurso no prazo de sessenta dias corridos, contados de sua publicação.

§ 3º A decisão pelo cancelamento produzirá efeitos a partir da data do requerimento ou da publicação de instauração *ex officio* do processo.

## CAPÍTULO VII

### Da Nulidade da Proteção

Art. 43. É nula a proteção quando:

- I - não tenham sido observadas as condições de novidade e distinguibilidade da cultivar, de acordo com os incisos V e VI do art. 3º desta Lei;
- II - tiver sido concedida contrariando direitos de terceiros;
- III - o título não corresponder a seu verdadeiro objeto;
- IV - no seu processamento tiver sido omitida qualquer das providências determinadas por esta Lei, necessárias à apreciação do pedido e expedição do Certificado de Proteção.

Parágrafo único. A nulidade do Certificado produzirá efeitos a partir da data do pedido.

Art. 44. O processo de nulidade poderá ser instaurado *ex officio* ou a pedido de qualquer pessoa com legítimo interesse.

### TÍTULO III

#### Do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares

#### CAPÍTULO I

#### DA CRIAÇÃO

Art. 45. Fica criado, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, a quem compete a proteção de cultivares.

§ 1º A estrutura, as atribuições e as finalidades do SNPC serão definidas em regulamento.

§ 2º O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC manterá o Cadastro Nacional de Cultivares Protegidas.

### TÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I

#### Dos Atos, dos Despachos e dos Prazos

Art. 46. Os atos, despachos e decisões nos processos administrativos referentes à proteção de cultivares só produzirão efeito após sua publicação no Diário Oficial da União, exceto:

I - despachos interlocutórios que não necessitam ser do conhecimento das partes;

II - pareceres técnicos, a cuja vista, no entanto, terão acesso as partes, caso requeiram;

III - outros que o Decreto de regulamentação indicar.

Art. 47. O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC editará publicação periódica especializada para divulgação do Cadastro Nacional de Cultivares Protegidas, previsto no § 2º do art. 45 e no disposto no *caput*, e seus incisos I, II, e III, do art. 46.

Art. 48. Os prazos referidos nesta Lei contam-se a partir da data de sua publicação.

#### CAPÍTULO II

#### Das Certidões

Art. 49. Será assegurado, no prazo de trinta dias a contar da data da protocolização do requerimento, o fornecimento de certidões relativas às matérias de que trata esta Lei, desde que regularmente requeridas e comprovado o recolhimento das taxas respectivas.

#### CAPÍTULO III

#### Da Procuração de Domiciliado no Exterior

Art. 50. A pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador, devidamente qualificado e domiciliado no Brasil, com poderes para representá-la e receber notificações administrativas e citações judiciais referentes à matéria desta Lei, desde a data do pedido da proteção e durante a vigência do mesmo, sob pena de extinção do direito de proteção.

§ 1º A procuração deverá outorgar poderes para efetuar pedido de proteção e sua manutenção junto ao SNPC e ser específica para cada caso.

§ 2º Quando o pedido de proteção não for efetuado pessoalmente, deverá ser instruído com procuração, contendo os poderes necessários, devidamente traduzida por tradutor público juramentado, caso lavrada no exterior.

## CAPÍTULO IV

### Das Disposições Finais

Art. 51. O pedido de proteção de cultivar essencialmente derivada de cultivar passível de ser protegida nos termos do § 1º do art. 4º somente será apreciado e, se for o caso, concedidos os respectivos Certificados, após decorrido o prazo previsto no inciso I do mesmo parágrafo, respeitando-se a ordem cronológica de apresentação dos pedidos.

Parágrafo único. Poderá o SNPC dispensar o cumprimento do prazo mencionado no *caput* nas hipóteses em que, em relação à cultivar passível de proteção nos termos do § 1º do art. 4º:

I - houver sido concedido Certificado de Proteção; ou

II - houver expressa autorização de seu obtentor.

Art. 52. As cultivares já comercializadas no Brasil cujo pedido de proteção, devidamente instruído, não for protocolizado no prazo previsto no Inciso I do § 1º do art. 4º serão consideradas automaticamente de domínio público.

Art. 53. Os serviços de que trata esta Lei, serão remunerados pelo regime de preços de serviços públicos específicos, cabendo ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento fixar os respectivos valores e forma de arrecadação.

Art. 54. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias após sua publicação.

Art. 55. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 56. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
*Ailton Barcelos Fernandes*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.4.1997, retificado em 26.8.1997 e 25.9.1997



## Anexo 2- Relatório de Prospeção: Vales da Uva e do Vinho Goethe.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina  
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

### RELATORIO DE PROSPECÇÃO VALES DA UVA E DO VINHO GOETHE

#### 1. Nome da região.

Vales da Uva e do Vinho Goethe.

#### 2. Municípios de abrangência.

A região de abrangência dos Vales da Uva e do Vinho Goethe está localizada entre as encostas da Serra Geral e o litoral sul catarinense nas Bacias do Rio Urussanga e Rio Tubarão, compreendendo os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Cocal do Sul, Morro da Fumaça, Treze de Maio, Orleans, Nova Veneza e Içara (08 municípios).

#### 3. Produtos.

Vinho branco seco, vinho branco suave ou demi-séc, vinho leve branco seco, vinho leve branco suave ou demi-séc, vinho espumante brut e vinho espumante demi-séc obtidos pelo método "champenoise", vinho espumante brut e demi-séc produzidos pelo método "charmat", vinho licoroso.

#### 4. Diferencial dos produtos (característica específica\* - objetiva e/ou subjetiva).

Os vinhos são produzidos a partir de videiras da variedade Goethe, um híbrido com 87,5% de genes de *Vitis vinifera* com 12,5 % de genes de *Vitis labrusca*, constituindo-se em uma variedade com características olfativas e gustativas de moscato. São vinhos refrescantes, delicados e frutados.

A história dos vinhos e da uva na região de Urussanga (SC) confunde-se com a imigração italiana datando dos meados da década 1870, quando videiras foram plantadas logo no início da colonização, trazidas da Itália nos navios, cobertas com musgos para sobreviver à viagem. A uva Goethe foi introduzida na região no início do século XX, pelo Sr. Giuseppe Caruso MacDonald. A variedade Goethe inicialmente introduzida passou por um processo de mutação, dando origem a outra cepa, a Goethe Primo, confinada até hoje somente na região de Urussanga, a qual produz vinhos sutilmente diferenciados daqueles provenientes da variedade tradicional, o que tornou a produção dos vinhos ainda mais peculiar e característica dessas colônias. A região passou então a ser conhecida como "a Terra do Bom Vinho e da Cultura Italiana".

#### 5. Existência de algum mecanismo de distinguibilidade em andamento ou concluído (IG, Marcas coletivas\* ou de certificação\* etc.).

Indicação de Procedência concedida em 14 de fevereiro de 2012.

Rua João Grumiché, 117 – Bairro Kobrasol – 88102-600 - São José – SC – Bloco "R"  
Tel: (48) 3261 - 9956 – Fax: (48) 3261 – 9902 – E-mail: [gab-sc@agricultura.gov.br](mailto:gab-sc@agricultura.gov.br)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina  
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDA

**6. Se há diferencial de preço e se há ocorrências de usuração.**

**7. Importância sócio-econômica da atividade para a região (volume e valor da produção, número de produtores/famílias envolvidas direta e indiretamente etc.).**

A área delimitada dos Vales da Uva e do Vinho Goethe apresenta 458,9 km<sup>2</sup>. A área total com viticultura na região é de 209 hectares, com um valor bruto da produção da ordem de 2,3 milhões de reais. A produção com uva Goethe representa 40 hectares, (verificar se esse número é dos associados da Progoethe ou é toda a produção dessa uva na região) com uma produção de duzentos mil litros de vinho 100% Goethe/ano.

**8. Número de produtores cooperados e/ou associados.**

A Associação Progoethe tem como associados cinco cantinas registradas no Ministério da Agricultura, quatro produtores de vinho artesanal e três produtores de uva. Tem ainda como associados a EPAGRI que lhe presta apoio técnico. Há, também, associados de outras áreas de atividade que têm interesse no desenvolvimento da IG: duas agências de viagem; quatro hotéis e pousadas e cinco empreendimentos da área gourmet sendo três restaurantes, uma sorveteria e uma panificadora as quais dentre seus produtos priorizam os vinhos da região.

**9. Identificação dos elos da cadeia produtiva regional\* e suas instituições representativas (cooperativas, associações, consórcios etc.) e identificação das lideranças e atores-chaves\* (nome completo, instituição, função, endereço, telefone e e-mail).**

A Associação Progoethe conta com assessoria técnica do SEBRAE/SC, EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Urussanga (PMU), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento por meio da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina.

**10. Descrição dos Programas/projetos governamentais ou não governamentais concluídos ou em andamento na região.**

Parceria interinstitucional entre SEBRAE/SC, UFSC e PMU para promover o reconhecimento da IG.

Convênio entre MAPA e EPAGRI (2007-2008) para a realização de estudos científicos sobre a implantação e manutenção dos vinhedos, avaliações fenológicas e de produção de plantas, avaliações físico-químicas dos vinhos. Essas ações permitiram conhecer melhor o comportamento inicial dos clones da uva Goethe sobre diferentes porta-enxertos, bem como evoluir nas técnicas de vinificação desta uva sem descaracterizar sua tipicidade tradicional.

**11. Outras informações relevantes sobre a cadeia produtiva regional em questão.**

Rua João Grumichê, 117 – Bairro Kobrasol – 88102-600 - São José – SC – Bloco “R”  
Tel: (48) 3261 - 9956 – Fax: (48) 3261 – 9902 – E-mail: [gab-sc@agricultura.gov.br](mailto:gab-sc@agricultura.gov.br)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina  
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

As ações para desencadear o processo de reconhecimento da IG dos Vales da Uva e do Vinho Goethe iniciaram em 2004 que resultaram na criação da Associação PROGOETHE em 2005. Desde então a meta tem sido preparar a entidade para sua auto-sustentabilidade. Os produtores se reúnem em incansáveis reuniões, elaboram projetos, fortalecem o capital social do território e mais recentemente abriram a sociedade para empreendimentos turísticos do município. Recursos específicos passaram a ser identificados e valorizados pelos atores locais, que passam a trabalhar o desenvolvimento turístico e gastronômico da região, fazendo a devida ligação ao vinho Goethe.

#### 12. Bibliografia consultada.

<http://www.progoethe.com.br/igp.html> – acesso em 20 de agosto de 2012.

Revista de Propriedade Intelectual, 2145:165 (2012),

<http://revistas.inpi.gov.br/pdf/PATENTES2145.pdf> - acesso em 20 de agosto de 2012

Plano de trabalho de convênio apresentado pela Associação PROGOETHE ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em novembro de 2011. SICONV – Proposta nº 67352/2011.

Rebollar, P.M; Velloso, C.Q; Ern, R.; Vieira, H.J & Silva, A.L – Vales da Uva Goethe. Urussanga SC. Ed. PROGOETHE, 2007. 64p.



## Anexo 3 – Página de Proteção de Cultivares – Vegetal

The screenshot shows the official website of the Brazilian Ministry of Agriculture (Ministério da Agricultura). The header includes the ministry's name and a navigation bar with links to 'Sala de Imprensa', 'Governos', 'Ouvidoria', and 'Biblioteca'. A 'Acesso Restrito' (Restricted Access) box is visible in the top right corner, containing fields for 'Login' and a password, along with an 'OK' button and a small 'A' icon.

The main navigation menu is located on the left side, with categories such as 'Ministério', 'Desenvolvimento Sustentável', 'Câmaras Setoriais e Temáticas', 'Acesso à Informação', 'Política Agrícola', 'Serviços e Sistemas', 'Animal', 'Internacional', 'Convênios', and 'Vegetal'. The 'Vegetal' category is highlighted with a red circle and a red arrow pointing to it.

The 'Vegetal' section is further divided into sub-categories: 'Cooperativismo e Associativismo' and 'Legislação'. Below this, there is a banner for 'PRODUTO ORGÂNICO' (Organic Product) with the text 'RICOU MAIS FÁCIL IDENTIFICAR' (It became even easier to identify) and a button 'Clique e saiba mais' (Click and learn more).

The main content area is titled 'Proteção de Cultivares' (Protection of Cultivars). It contains a sidebar on the left with a list of links: 'Culturas', 'Registros e Autorizações', 'Cadastro', 'Registro', 'Proteção de Cultivares', 'Legislação', 'Denominação de Cultivares', 'Formulários para Proteção de Cultivares', 'Cultivares Protegidas', 'Publicações', and 'Instruções para'. The main text area provides information about the protection of cultivars, stating that the Law of protection of cultivars was sanctioned in April 1997, with the objective of strengthening and standardizing the rights of intellectual property. It also mentions that a new cultivar is one that has not been offered for sale in Brazil for more than 12 months, in relation to the date of the request for protection, and in other countries, with the consent of the owner, has more than six years, for species of trees and vines, and has more than four years, for the remaining species. As cultivars eligible for protection are the new and essentially derived from any genus or species.

On the right side, there is a 'Notícias' (News) section with three items: 'Comércio' (Trade) dated 02/10/2012 11:03 about approved phytosanitary requirements for importation of soybeans, 'Classificação Vegetal' (Vegetal Classification) dated 30/08/2012 18:30 about the regulation of oils and olives, and 'Vegetal' dated 08/07/2010 15:04 about the production of...

## Anexo 4 – Página de Proteção de Cultivares – Sementes e Mudas

The screenshot shows the official website of the Brazilian Ministry of Agriculture, specifically the 'Sementes e Mudas' (Seeds and Seedlings) section. The header includes the ministry's name and a navigation bar with links to 'Sala de Imprensa', 'Governos', 'Ouvidoria', and 'Biblioteca'. A 'Seguro Rural' (Rural Insurance) banner is visible in the top right corner.

The main navigation menu is located on the left side, with categories such as 'Ministério', 'Desenvolvimento Sustentável', 'Câmaras Setoriais e Temáticas', 'Acesso à Informação', 'Política Agrícola', 'Serviços e Sistemas', 'Animal', 'Internacional', 'Convênios', and 'Vegetal'. The 'Vegetal' category is highlighted with a red circle and a red arrow pointing to it.

The 'Vegetal' section is further divided into sub-categories: 'Cooperativismo e Associativismo' and 'Legislação'. Below this, there is a banner for 'PRODUTO ORGÂNICO' (Organic Product) with the text 'RICOU MAIS FÁCIL IDENTIFICAR' (It became even easier to identify) and a button 'Clique e saiba mais' (Click and learn more).

The main content area is titled 'Proteção de Cultivares' (Protection of Cultivars). It contains a sidebar on the left with a list of links: 'Culturas', 'Registros e Autorizações', 'Cadastro', 'Registro', 'Proteção de Cultivares', 'Legislação', 'Denominação de Cultivares', 'Formulários para Proteção de Cultivares', 'Cultivares Protegidas', 'Publicações', and 'Instruções para'. The main text area provides information about the protection of cultivars, stating that the Law of protection of cultivars was sanctioned in April 1997, with the objective of strengthening and standardizing the rights of intellectual property. It also mentions that a new cultivar is one that has not been offered for sale in Brazil for more than 12 months, in relation to the date of the request for protection, and in other countries, with the consent of the owner, has more than six years, for species of trees and vines, and has more than four years, for the remaining species. As cultivars eligible for protection are the new and essentially derived from any genus or species.

On the right side, there is a 'Notícias' (News) section with three items: 'Comércio' (Trade) dated 02/10/2012 11:03 about approved phytosanitary requirements for importation of soybeans, 'Classificação Vegetal' (Vegetal Classification) dated 30/08/2012 18:30 about the regulation of oils and olives, and 'Vegetal' dated 08/07/2010 15:04 about the production of...

## Anexo 5 – Página de Proteção de Cultivares – Registros e Autorizações

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Acesso à Informação **BRASIL**

Sala de Imprensa > Governo > Ouvidoria > Biblioteca

**Acesso Restrito**

Login

..... OK

Ministério: Acesso à Informação, Desenvolvimento Sustentável, Câmaras Setoriais e Temáticas

Acesso à Informação: Política Agrícola, Serviços e Sistemas

Animal: Internacional, Convênios

Vegetal: Cooperativismo e Associativismo, Legislação

**PROGRAMA ABC AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO**

CLIQUE E SAIBA MAIS

Página Inicial > Vegetal > Sementes e Mudanças

**Sementes e Mudanças**

**Culturas**

- Registros e Autorizações**
- Notícias
- Mercado Interno
- Exportação
- Importação
- Estatísticas
- Armazéns
- Legislação
- Safras e Estoques

A produção, o comércio, a exportação, a importação e outras atividades relacionadas a sementes e mudas no Brasil são regidas pela Lei 10.711/03, que instituiu o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, regulamentada pelo Decreto 5.153/04.

Para produzir, exportar, importar sementes ou mudas é necessário estar inscrito no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renaseam), além do Registro Nacional de Cultivares (RNC).

Para produzir sementes de cultivares protegidas, inscritas no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), é necessária autorização do detentor dos direitos de propriedade intelectual.

**Conteúdos Relacionados**

Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Proteção de Cultivares

**Notícias**

Exames laboratoriais

11/09/2012 19:41 Sementes florestais têm método de análise validado

Importações

## Anexo 6 – Página de Proteção de Cultivares – Proteção de Cultivares

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Acesso à Informação **BRASIL**

Sala de Imprensa > Governo > Ouvidoria > Biblioteca

**Acesso Restrito**

Login

..... OK

Ministério: Acesso à Informação, Desenvolvimento Sustentável, Câmaras Setoriais e Temáticas

Acesso à Informação: Política Agrícola, Serviços e Sistemas

Animal: Internacional, Convênios

Vegetal: Cooperativismo e Associativismo, Legislação

**PRODUTO ORGÂNICO**

FICOU MAIS FÁCIL IDENTIFICAR

CLIQUE E SAIBA MAIS

Página Inicial > Vegetal > Registros e autorizações

**Registros e Autorizações**

**Culturas**

- Registros e Autorizações**
- Cadastro
- Registro
- Proteção de Cultivares
- Credenciamento
- Classificação Vegetal
- Legislação
- Mercado Interno
- Exportação
- Importação
- Estatísticas
- Armazéns
- Legislação
- Safras e Estoques
- Pesquisas e Desenvolvimento

O Ministério da Agricultura trabalha na regulamentação, fiscalização e controle da cadeia produtiva vegetal para proteger e preservar a sanidade da agricultura brasileira e zelar pela qualidade e identidade dos produtos. Para isso, dispõe de ferramentas importantes, como os registros e autorizações.

O registro é concedido aos profissionais, estabelecimentos e produtos após fiscalização e inspeção quanto à conformidade técnica e regulamentar, conferindo ao produto ou serviço segurança e qualidade.

No caso das autorizações, quando exigidas, normalmente são submetidas à análise de registros, fiscalizações e inspeções. O ministério apresenta informações sobre os cadastros disponíveis, registros e documentações exigidas, além de normas e procedimentos para o setor de produção de insumos agrícolas e agroindustriais.

**Conteúdo Relacionado**

Cultivarweb

**Notícias**

Comércio

02/10/2012 11:03 Aprovados requisitos fitossanitários para importação de grãos de soja

Classificação Vegetal

30/08/2010 18:30 Regulamento dos azeites e óleos de oliva está em consulta pública

Vegetal

08/07/2010 15:04 Produção de vegetais deve seguir Boas Práticas Agrícolas

Notícia

01/03/2010 18:18 Trigo: regulamento técnico está em consulta pública

Registros e autorizações



## Anexo 7 – Página de Proteção de Cultivares – Formulários para a Proteção de Cultivares

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

Acesso à Informação **BRASIL**

Sala de Imprensa > Governo > Ouvidoria > Biblioteca

**Acesso Restrito**

Login

..... OK

Ministério: Desenvolvimento Sustentável, Câmaras Setoriais e Temáticas

Acesso à Informação: Política Agrícola, Serviços e Sistemas

Animal: Internacional, Convênios

Vegetal: Cooperativismo e Associativismo, Legislação

**PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2011/2012**

Clique e saiba mais >

Página Inicial > Vegetal > Registros e autorizações > Proteção de Cultivares

**Proteção de Cultivares**

**Culturas**

Registros e Autorizações

Cadastro

Registro

Proteção de Cultivares

Legislação

Denominação de Cultivares

**Formulários para Proteção de Cultivares**

Cultivares Protegidas

Publicações

Instruções para preenchimento da GRU

Credenciamento

Classificação Vegetal

Legislação

A Lei de proteção de cultivares foi sancionada, em abril de 1997, com o objetivo de fortalecer e padronizar os direitos de propriedade intelectual. De acordo com a legislação, cultivar é a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal, que seja claramente distinguível de outras conhecidas por uma margem mínima de características descritas, pela denominação própria, homogeneidade, capacidade de se manter estável em gerações sucessivas, além de ser passível de utilização.

A nova cultivar é aquela que não tenha sido oferecida à venda no Brasil há mais de 12 meses, em relação à data do pedido de proteção, e em outros países, com o consentimento do dono, há mais de seis anos, para espécies de árvores e videiras, e há mais de quatro anos, para as demais espécies. As cultivares passíveis de proteção são as novas e as essencialmente derivadas de qualquer gênero ou espécie.

A duração da proteção de uma cultivar vigora a partir da data de concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 anos, com exceção das videiras, árvores frutíferas, árvores florestais e árvores ornamentais, inclusive, em cada caso, o seu porta-enxerto, para as quais a duração será de 18 anos.

**Notícias**

**Comércio**

02/10/2012 11:03 Aprovados requisitos fitossanitários para importação de grãos de soja

**Classificação Vegetal**

30/08/2010 18:30 Regulamento dos azeites e óleos de oliva está em consulta pública

**Vegetal**

08/07/2010 15:04 Produção de vegetais deve seguir Boas Práticas Agrícolas

**Notícia**

01/03/2010 00:00 Novo padrão oficial do arroz começa a vigorar nesta segunda-feira

## Anexo 8 – Banner para acesso ao Sistema CultivarWeb

**Formulários para Proteção de Cultivares**

Para requerer a proteção de cultivares, os interessados devem preencher e encaminhar os formulários abaixo ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC).

Na primeira etapa, deve-se preencher, imprimir, assinar e enviar os três formulários que estão disponíveis para download no site (formulário de Requerimento, Relatório Técnico e de Descrição da Cultivar). Cada requerimento deve corresponder a uma cultivar.

O protocolo da solicitação de proteção será efetuado pelo SNPC, no momento em que for recebida a documentação completa (formulários e documentos complementares), desde que já tenha sido encaminhado o formulário de requerimento de proteção.

São requisitos necessários para a cultivar candidata à proteção:

- Ser produto de melhoramento genético, de espécie passível de proteção no Brasil;
- Não ter sido comercializada no exterior há mais de quatro anos, ou há mais de seis anos, no caso de videiras ou árvores;
- Não ter sido comercializada no Brasil há mais de um ano;
- Ser distinta;
- Ser homogênea;
- Ser estável.

**Formulário 1 - Requerimento de Proteção de Cultivares**

O Requerimento de Proteção de Cultivar deverá ser preenchido, preferencialmente, pelo Sistema CultivarWeb (acesso pelo banner abaixo)

**CultivarWeb**

**Formulário 2 - Relatório Técnico**

**Formulário de Relatório Técnico** (download obrigatório)

**Formulário 3 - Espécies em regime de proteção: instruções de DHE e tabela de Descritores Mínimos** (arquivos para download obrigatório, de acordo com a espécie da cultivar candidata)

**Notícias**

**Comércio**

02/10/2012 11:03 Aprovados requisitos fitossanitários para importação de grãos de soja

**Classificação Vegetal**

30/08/2010 18:30 Regulamento dos azeites e óleos de oliva está em consulta pública

**Vegetal**

08/07/2010 15:04 Produção de vegetais deve seguir Boas Práticas Agrícolas

**Notícia**

01/03/2010 18:18 Trigo: regulamento técnico está em consulta pública

**Registros e autorizações**

01/03/2010 00:00 Novo padrão oficial do arroz começa a vigorar nesta segunda-feira

VERSÃO 1.0

Identificação:  
 Senha: CADASTRE-SE ENTRAR  
Sua senha expirou em: São Paulo, 07/10/2012

# CULTIVARWEB

## GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÃO

---

### REQUERIMENTO DE PROTEÇÃO DE CULTIVAR

Com a implantação do sistema CultivarWeb iniciamos uma nova forma de relacionamento na qual pretende-se trazer comodidade , facilidade e agilidade aos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares-SNPC.

Nesta primeira etapa, está sendo disponibilizado o formulário eletrônico para REQUERIMENTO DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES. Posteriormente, serão abertas outras funcionalidades.

Assim você poderá:

- preencher e enviar formulários eletrônicos para requerimento de proteção de cultivar;
- fazer download dos demais formulários necessários ao requerimento de proteção, para preenchimento e encaminhamento;
- obter modelos de documentos complementares/necessários ao requerimento;
- acessar arquivos em inglês dos formulários relativos ao requerimento de proteção de cultivar;
- armazenar e acessar formulários para requerimento de proteção em elaboração;
- acompanhar o andamento dos requerimentos encaminhados.

Todavia, por ainda não dispomos da ferramenta de assinatura digital, os formulários, mesmo enviados eletronicamente, deverão ser impressos, assinados e encaminhados ao SNPC pessoalmente ou pelo correio.

Cada requerimento, que deverá corresponder a uma única cultivar, seguirá as seguintes etapas:

- 1ª ETAPA: preenchimento e envio eletrônico do formulário para Requerimento de Proteção;
- 2ª ETAPA: impressão e assinatura de Requisito de Requerimento (envio eletrônico) e dos formulários disponíveis para download na página principal do SNPC: Relatório Técnico e de Descrição da Cultivar;
- 3ª ETAPA: realizar o pagamento da taxa referente ao requerimento de proteção de cultivares (conforme instruções na página principal do SNPC);
- 4ª ETAPA: encaminhamento dos formulários e demais documentos ao SNPC;
- 5ª ETAPA: protocolação do requerimento pelo SNPC.

O protocolo da solicitação de proteção será efetuado pelo SNPC, no momento em que for recebida a documentação completa (formulários + documentos complementares), desde que já tenha sido encaminhado o formulário de requerimento eletrônico de proteção.

Ao enviar o formulário de forma eletrônica, o usuário, que deve ser obrigatoriamente o Representante Legal, ou o Requerente da proteção (em caso de não haver procurador nomeado), receberá automaticamente um número como comprovante. Este número, porém não vale como protocolo de pedido, o qual somente será fornecido, também de forma eletrônica, quando a documentação física chegar ao SNPC. Assim, é fundamental o acompanhamento do recebimento dos documentos pelo SNPC, especialmente quando houver possibilidade de perda de novidade, caso em que recomendamos que os documentos sejam entregues em mãos.

**Requisitos Necessários à Cultivar Candidata à Proteção**

- Ser produto de melhoramento genético;
- Ser de uma espécie passível de proteção no Brasil;
- Não ter sido comercializada no exterior há mais de 4 anos, ou há mais de 6 anos, no caso de videiras ou árvores;
- Não haver sido comercializada no Brasil há mais de um ano;
- Ser distinta;
- Ser homogênea;
- Ser estável;

Os três últimos requisitos são comprovados através de testes específicos de **DNE - Distintibilidade, Homogeneidade e Estabilidade**, realizados pelo próprio obtentor ou, em se tratando de cultivar estrangeira, por autoridade estrangeira reconhecida pelo governo.

Para se cadastrar e utilizar o CultivarWeb é necessário residir no Brasil, podendo ser o próprio **requerente** ou seu **representante** legalmente qualificado para tal.